

PAULO ROBERTO DE CAMARGO

**POLÍTICAS PÚBLICAS, TRABALHO E SUBJETIVIDADE:
EXPERIÊNCIAS DE RECAPACITAÇÃO PROFISSIONAL**

PUC/SP
SÃO PAULO
2002

PAULO ROBERTO DE CAMARGO



**POLÍTICAS PÚBLICAS, TRABALHO E SUBJETIVIDADE:
EXPERIÊNCIAS DE RECAPACITAÇÃO PROFISSIONAL**

Tese apresentada à Banca Examinadora da Pontifícia Universidade Católica de São Paulo, como exigência parcial para obtenção do título de DOUTOR em Ciências Sociais, sob a orientação do Prof. Doutor Miguel Chaia.

Biblioteca
Nadir Gouvêa Kfoury
PUC/SP

PUC/SP
SÃO PAULO
2002

TOMBO 189.103	
A	DATA 28/5/02
LCR	
ROCED.	

Q8
300
C172pa
EX3

Ficha catalográfica elaborada pela Bib. _____ PUCSP

TD

300 Camargo, Paulo Roberto de

C Políticas públicas, trabalho e subjetividade: experiências
de recapacitação profissional. - São Paulo: s.n., 2002.

187 f.

Tese (Doutorado) - PUCSP

Programa: Ciências Sociais

Orientador: Chaia, Miguel Wady

1. Recapacitação profissional.

Palavras -Chave: Políticas Públicas - Trabalho - Subjetividade

BANCA EXAMINADORA

[Handwritten signature]

[Handwritten signature]

[Handwritten signature]

[Handwritten signature]

[Handwritten signature]

Autorizo, exclusivamente para fins acadêmicos e científicos, a reprodução total ou parcial desta tese por processos fotocopiadores ou eletrônicos.

Assinatura: _____ Local e Data: _____

DEDICATÓRIA

A Marcia por acreditar sempre, e a Luana por já discutir, entender e viver a história e contradições deste país.

AGRADECIMENTOS

São muitos...

Ao meu orientador Miguel Chaia, pelo seu companheirismo e respeito pelo livre pensar, e com quem pude aprofundar o tema da liberdade na política.

À Teresinha Bernardo, que me deu forças para realizar um antigo sonho que era pensar o ser humano e a sociedade a partir das Ciências Sociais.

Aos professores Leila Blass e José Roberto Heloani, pelo excelente trabalho de qualificação desta tese.

Ao estatístico Luiz Osmir de Cerqueira Leite (PUC/SP e Fundação SEADE), por colaborar nos caminhos iniciais desta tese.

À Hugo Capucci, Vânia Gomes e Selma Venco por terem aberto as portas do *Programa Aprendendo a Aprender* e atendido minhas solicitações para a obtenção de dados sobre esta pesquisa.

A Fabrício Camargo Veloso Campos, por me ter socorrido e ajudado nos momentos de formatação deste trabalho.

À Zilda e Netuno, pais de meu amigo Marcel, com quem cresci e pude dividir muitos sonhos de realizações pessoais e profissionais, cuja perda é por demais prematura, dolorosa e irreparável... que esteja em paz.

A meus pais, sempre um agradecimento especial, pela vida que me concederam.

Aos professores do Curso de Ciências Sociais da PUC/SP.

RESUMO

O atendimento às necessidades emergenciais decorrentes da inserção do Brasil no processo de reestruturação mundial produtiva e abertura do mercado interno provocou, de imediato, a dispensa de grandes contingentes de mão-de-obra e redução no nível de emprego formal, desencadeando o fenômeno da exclusão social que se alia a antigos problemas estruturais, como a precária distribuição de renda. Com a finalidade de combater este processo e propiciar a formação profissional para os setores da população atingida e qualificá-la de acordo com os novos parâmetros de produção que a desenvolvem conforme suas habilidades específicas, deu-se o surgimento de políticas públicas voltadas para a geração de emprego e renda.

Dentro deste contexto e acompanhando o processo de democratização da sociedade a partir dos anos 80, que incide sobre a descentralização dessas políticas públicas, ocorreu em 1995, no Estado de São Paulo, a criação do *Programa Aprendendo a Aprender*, coordenado pela SERT – Secretaria do Emprego e Relações do Trabalho. Em uma forma experimental e por meio de centros públicos experimentais prontificou-se a gerar novas metodologias de intervenção em locais necessitados de reciclagem de mão-de-obra, voltadas para uma gestão participativa que compreende o exercício da cidadania.

A partir de uma abordagem interdisciplinar que enfoca a subjetividade como ponto central, esta tese tem, como objetivo, analisar os impactos da atividade do *Centro Experimental Público de Vila Formosa* sobre a formação profissional dos usuários, voltando-se para uma concepção de indivíduo vinculado aos aspectos de ética e cidadania.

A pesquisa realizada com usuários deste centro experimental, mediante entrevistas com os técnicos implementadores do *Programa Aprendendo a Aprender*, concluiu que, no contexto do cenário da cidade de São Paulo, e também pela ausência de tradição democrática no país, esta política pública não penetrou o suficiente na comunidade para atingir seus propósitos de educação profissional, mas, no decorrer de sua existência produziu conhecimento suficiente a fim de que novas formas de ação política sejam efetivadas.

ABSTRACT

The service to the urgent needs resulting from the Brazilian insertion in the process of the worldwide production and its internal market opening process immediately provoked the dispense of great labor force contingents and a reduction in the formal employment level, by unleashing the phenomenon of the social exclusion that allies itself to the former structural problems, like the unstable income distribution. Aiming at fighting this process and promoting the professional training for the sectors of the affected population and evaluating it in the basis of the new parameters of production which develops it according to its specific skills, some public policies were created to develop employment and income.

In this context and by attending the process of the society democratization from the 80's, that implies the decentralization of those public policies, in 1995, there was the creation of the program *Learning How To Learn (Aprendendo a Aprender)*, in the state of São Paulo, coordinated by SERT – Secretaria de Emprego e Relações do Trabalho. In an experimental way and through experimental public centers, it created new methodologies of intervention in places that needed working force recycle related to a participative administration that implies the citizenship practice.

From one interdisciplinary approach that focuses the subjectivity as the main point, the aim of this thesis, is to analyze the impacts of the *Vila Formosa Experimental Center Activity Center* on the users' professional training, as an individual conception linked to the ethics and citizenship aspects.

The research made with users from this experimental center, based on interviews with technicians of the program *Learning How To Learn (Aprendendo a Aprender)*, concluded that, in the context of São Paulo scenario, due to the lack of the democratic tradition in the country, this public policy did not reach enough the community concerning those professional education issues, although during its application it had produced enough knowledge so that new ways of politics action may be achieved.

ÍNDICE

INTRODUÇÃO	10
CAPÍTULO I	
A ESTRUTURA SOCIAL E AS POLÍTICAS PÚBLICAS NO BRASIL.....	27
1.1 A Racionalidade da Estrutura Social Brasileira	31
1.2 As Políticas Públicas no Brasil	36
1.3 O Indivíduo como Usuário das Políticas Públicas	39
1.4 A Concepção de Indivíduo.....	44
CAPÍTULO II	
EXPERIÊNCIAS DE RECAPACITAÇÃO PROFISSIONAL: CENTRO EXPERIMENTAL PÚBLICO DE VILA FORMOSA	51
2.1 Objetivos do <i>Programa Aprendendo a Aprender</i>	51
2.2 Projeto Centro Experimental Público de Formação Profissional.....	60
2.3 Projeto Habilidades Básicas e Específicas	73
CAPÍTULO III	
A SUBJETIVIDADE ENTRE A REEDUCAÇÃO E A EXCLUSÃO	84
3.1 A Subjetividade Perante o Mercado de Trabalho.....	87
3.2 Centro Experimental Público de Vila Formosa e Realização da Pesquisa	92
3.2 A Dinâmica do Mercado de Trabalho	99
CAPÍTULO IV	
O TRABALHADOR FRENTE À EXCLUSÃO SOCIAL E ÀS POLÍTICAS PÚBLICAS. 112	
4.1 Preconceito no Mercado de Trabalho.....	116
4.2 Raça.....	120
4.3 Gênero e Sexo	122
4.4 Sofrimento Psíquico	124
ANÁLISE E CONCLUSÃO.....	129
REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS.....	140
ANEXOS.....	147

INTRODUÇÃO

A inserção do Brasil no processo de mundialização do sistema produtivo vem reforçando não só a perspectiva, como também práticas nesta direção, fundamentada na experiência de ampla modernização do Estado. Cabe a este executar reformas de maneira a tornar mais eficiente e competitivo o setor produtivo, bem como, atrelado a este processo, desenvolver o potencial humano condizente com estas mesmas necessidades. Assim, modernizar implica tanto dotar o país de força de produção eficiente, ampliando ao mercado nacional e visando o mercado internacional, quanto solucionar problemas estruturais provenientes do desenvolvimento histórico, como nível de pobreza existente e ausência de serviços básicos, a exemplo da educação, saúde, habitação e geração de renda suficiente para atender à população em suas necessidades básicas de vida.

Acompanhando esta inserção do país no âmbito mundial, dá-se o processo de redemocratização da sociedade brasileira a partir da década de 80 em que os pressupostos de cidadania vêm à tona da sociedade. No contexto administrativo do Estado, ocorre a descentralização das decisões, outrora de exclusividade do governo central. Entre outros fatores, acontece também a descentralização das políticas públicas que, baseadas no modelo do *Welfare State*, buscam, não somente a descentralização *per se*, mas, promover a participação de outros agentes sociais.

Neste cenário, o mercado de trabalho exige, diante dos novos processos de reestruturação da produção, o desenvolvimento de habilidades humanas que não se situam mais na esfera rígida dos modelos taylorista e fordista. Esta compreendia, entre outros, um modelo de produção em massa baseado em economias de escala e no qual o mercado possuía uma previsibilidade que permitia, às empresas, operarem de forma verticalizada e dentro de pressupostos de administração científica do trabalho.

Com a crescente competitividade no mercado e sua conseqüente imprevisibilidade, tornou-se necessário introduzirem-se novas maneiras de organização produtiva que atendessem às demandas específicas mediante uma forma mais ágil, dentro de uma outra concepção organizacional, aliada ao desenvolvimento de novas tecnologias, que é a forma horizontalizada de organização, ou então, a empresa em rede. Este processo de mudança produtiva vai exigir, por parte do potencial humano, novas habilidades condizentes com este molde "flexível" de produção. Tais habilidades requerem novas atitudes por parte do trabalhador visando integrar as empresas dentro de um processo mais flexível de rede.¹ Contudo, em se tratando de emprego, este modelo é por si só excludente, ou seja, amparado na reestruturação produtiva e no alto nível de tecnologia adotada, elimina postos de trabalho, não propiciando novos empregos em número suficiente, para realocar a mão-de-obra dispensada; provoca desemprego maciço, o que contribui para fomentar o processo de exclusão social. Aliado a este processo, há o crescente endividamento do Estado frente seus gastos públicos incidindo nos países desenvolvidos europeus e EUA, no corte de benefícios do *Welfare State*, dentro de uma concepção de estado mais eficiente. Embora esta estrutura de Estado relacionada a benefícios sociais não tenha se desenvolvido no Brasil, este também necessita de reformas para integrar-se de forma competitiva, neste mercado mundial.

Desta maneira, as políticas públicas no Estado brasileiro vão deparar-se com problemas estruturais que remontam, tanto à história e a tentativas de modernização ocorridas durante o século XX, quanto às novas necessidades de inserção no mercado mundial que exige modificações estruturais no âmbito do Estado e da produção. Na esfera do mercado de trabalho, foco de pesquisa desta tese, a necessidade de educação geral e para o trabalho constitui os pontos estruturais históricos, a necessidade de recapacitação profissional e adequação de mão-de-obra consiste nos desafios que dão margem a uma especificidade do cenário brasileiro, principalmente da cidade de São Paulo que concentra e representa o processo de modernização do país. Lidar tanto com aqueles trabalhadores que se vêem à margem do processo de inclusão no mercado de trabalho, carentes de

¹ Para melhor especificidade sobre o tema verificar o trabalho de Manuel Castells denominado *A Sociedade em Rede*, mais detalhadamente o capítulo 3 *A empresa em rede: a cultura, as instituições e as organizações da economia informacional*. São Paulo, Paz e Terra, 1999.

rendimento para a sobrevivência, quanto com a educação para o trabalho destes mesmos trabalhadores e de jovens em busca de colocação profissional demonstram-se como os grandes desafios das políticas públicas de educação profissional.

A complexidade desta situação estrutural do mercado de trabalho, que requer a geração de rendimentos e novas habilidades trabalhistas, exige que a ação das políticas públicas incida em locais específicos, embora seja proveniente de uma situação geral de mudanças. O efeito desse processo de inserção se faz visível e palpável nos grandes conglomerados industriais nos quais a população de determinadas cidades, regiões e bairros se vê atingida mediante o índice de desemprego, precarização do trabalho e aumento dos níveis de violência.

Um outro fator a desenvolver-se pelas políticas públicas é a geração de novas formas de rendimento e trabalho vinculadas a comunidades específicas, que devem agora se tornar participativas deste processo, uma vez que se trata de possibilidades de democratização do Estado brasileiro, transparecendo na descentralização das políticas públicas, bem como na impossibilidade deste mesmo Estado em garantir a sustentabilidade como único agente responsável. É a atuação da sociedade civil, representada por variados órgãos, como sindicatos patronais e de trabalhadores, universidades e entidades civis, que devem ser o sustentáculo das políticas públicas, exigindo desenvolvimento de processos motivacionais básicos, voltados para uma concepção de ética e cidadania. Estas duas dimensões possibilitam o enraizamento das políticas públicas, uma vez que permitem que a comunidade local determine as atividades, reivindicando e priorizando necessidades, para que dinamizem o potencial desta comunidade no sentido de ampliar novas perspectivas, para a geração de renda e trabalho.

Como os efeitos dessa ação se situam além de dados quantitativos que possam enumerar os níveis de emprego/desemprego e geração de renda, é de fundamental importância a análise qualitativa do processo, uma vez que esta dinâmica implica desenvolvimento de aspectos motivacionais, mudança de atitudes e de concepção de mundo que possam dar sentido a novas práticas sociais. Assim, dentro deste universo complexo, no âmbito do indivíduo, pode verificarem-se, com bastante profundidade, os efeitos desta ação promovida pelas políticas públicas. É

justamente nele, no indivíduo como ser social, e por ele, que são sentidas e representadas as grandes modificações e contradições dos processos sociais, tornando-se então imprescindível quando vai se abordar o processo motivacional. Este se refere, a toda atividade humana que se volta à localização do homem no mundo, significando nova relação consigo mesmo e com seu meio social.

De forma específica, esta tese objetiva a compreensão da relação do indivíduo com estas políticas públicas de recapacitação profissional, que têm, por princípio, a inserção do trabalhador no mercado de trabalho com as exigências de novas habilidades requeridas pela reestruturação do parque produtivo. Procurar-se-á reconhecer os efeitos sobre os usuários destas políticas, pois é justamente no indivíduo que se podem perceber os efeitos da ação destas e suas modificações, ou não, em relação aos processos motivacionais que vão envolver novas formas de aprendizagem do trabalho, voltados para os pressupostos de ética e cidadania. Importante ressaltar, nesta pesquisa, as possibilidades de resignificação do processo de trabalho pelo usuário, uma vez que propiciam, ao indivíduo, tomar consciência do movimento de mercado, bem como lidar objetivamente com as condições concretas da necessidade de trabalho de sua comunidade.

A abordagem interdisciplinar é de fundamental importância na medida em que a relação entre política e subjetividade vai exigir uma postura do pesquisador frente ao conhecimento produzido pela psicologia e sua relevância social. Ao se posicionar perante os problemas estruturais da realidade brasileira, cabe, ao pesquisador, inserir-se na problemática requerida, de forma a buscar elementos e produzir conhecimentos que colaborem para a equalização e superação dos graves problemas sociais. Esta postura vai exigir o contato com as movimentações e articulações políticas que procuram atacar, de frente, estes problemas sociais, e que têm, como ponto relevante, interpretar e situar o indivíduo perante condições que o determinam e o harmonizam na atividade cotidiana, dentro de um contexto histórico e sócio-econômico.

Portanto, este trabalho interdisciplinar, voltado a estabelecer relações entre subjetividade e trabalho, possui como propósito colaborar para a inserção da psicologia no âmbito dos acontecimentos políticos, de maneira a situá-la na sua relevância perante novas formas de ação social. A relação entre política e psicologia

propicia não somente a localização do objeto de estudo, que é o homem em relação ao mundo, mas também e ponto imprescindível, posiciona-o nos desafios que deve enfrentar. A característica predominante da psicologia como uma ciência e profissão unicamente assistencial, que no Brasil se torna de certa forma bastante elitista, quer pela forma de ação ser predominantemente o consultório clínico, quer pela ausência de conhecimentos e pesquisas insuficientes cede lugar pela inserção na ação efetiva da política. Esta, além de manter os conhecimentos produzidos no campo do atendimento social, propicia a participação na implementação de ações, de grande relevância para o combate às necessidades prementes da população brasileira.

A participação do psicólogo no planejamento e implementação das políticas públicas constitui um fator que demonstra esta possibilidade de inserção, pois, além de trabalhar com os determinantes sociais da subjetividade humana como seu objeto de estudo, possibilita também a localização do profissional e da profissão perante os mesmos determinantes sociais e sua racionalidade. Desta forma, ao se lidar com políticas públicas, dentro de um plano interdisciplinar, trabalham-se pontos na existência humana que devem ser superados, como é o caso da situação do trabalhador e dos empreendedores perante uma racionalidade escravista, proveniente de uma herança colonial. Localizam-se os agentes sociais perante uma sociedade que mantém um modelo híbrido de desenvolvimento, no qual a modernidade não proporcionou rupturas com este mesmo passado colonial, mas que impregnam e viciam atividades humanas não respondendo à altura, para se organizar em ações políticas supridoras das necessidades sociais, que ora se presentificam e acumulam.

Como uma ciência moderna, cabe à psicologia colaborar para a desnaturalização de uma subjetividade que ainda permanece presa a padrões e atitudes arcaicas de subserviência e dominação, cuja manutenção é perfeitamente condizente com o processo de "modernização híbrida" do país. A produção de novos significados para a atividade humana consiste no fator que une a psicologia com a política, na medida em que esta implica novas formas de ação, a exemplo das políticas públicas que utilizam estratégias com o intuito de possibilitar a superação de marcantes níveis de subdesenvolvimento, permeadores da vida no país.

Outro aspecto de fundamental importância relacionado ao indivíduo, apresentado como fenômeno acentuado a partir da década de 90, agindo contra o florescimento da esfera política, é a redução que o direciona unicamente a uma prática de consumo, o que é melhor explicitado por uma citação de Octavio Ianni, em seu artigo *A Política Mudou de Lugar*:

"O que ocorre no mundo contemporâneo, e em escala acentuada e generalizada, é que o cartão de crédito torna-se o principal documento de identidade, credibilidade ou cidadania, transformando o seu portador em cidadão do mundo, mas enquanto consumidor, alguém situado no mercado. E o consumismo, por implicação, transforma-se em expressão e exercício de cidadania, cotidiana, recorrente e universal. Assim se forma o cidadão do mundo, o cosmopolita, 'alheio' à política, mas produzido no jogo do mercado, como uma espécie de subproduto da lógica do capital." (Ianni, 1997:6)

O desafio das políticas públicas em lidar com as dimensões de ética e cidadania são bastante desafiadores, pois se inserem em uma situação na qual não existe uma tradição democrática de participação social, em que os problemas estruturais de exclusão social se agravam com a não especialização da mão-de-obra. O propósito desta tese vem no intento de colaborar para o enfrentamento destes desafios, sem pretender se manter em um "academicismo crítico", que por sua vez pode negar, ou abortar toda e qualquer possibilidade de uma ação política transformadora. Portanto, pretende-se avaliar o redimensionamento da concepção de indivíduo pelas políticas públicas de recapacitação profissional e combate à exclusão social, na implementação e desenvolvimento das dimensões políticas de ética e cidadania.

As hipóteses assinaladas a seguir foram levantadas a partir de supostos que incorporam a idéia de uma racionalidade escravista inerente à sociedade brasileira, acompanhando o projeto de modernização do país que, ao impactar sobre as políticas públicas de recapacitação profissional, possibilitam a manutenção de uma concepção de indivíduo usuário, em consonância com um mercado de trabalho que desconhece uma concepção de "trabalhador livre" voltado aos princípios de ética e

cidadania. Cabe ressaltar que os princípios de ética e cidadania envolvem uma relação entre indivíduo e sociedade na qual as contradições sociais são consideradas alvos específicos para que seja possível sua superação, o que contraria uma relação positiva, sem conflitos e estereotipada entre o homem e o meio social, tal como imposta pela racionalidade escravista.

Dessa forma, levanta-se como uma linha de pesquisa avaliar se o processo de inserção do Estado brasileiro na economia mundial, refletido no Estado e Município de São Paulo, ao se amparar em uma eficiência econômica em detrimento do social, ampliou o processo de exclusão social, atuando sobre este de forma unicamente racionalista, o que implica "administrar o custo social", tratando a questão sob o ponto de vista hierárquico de ajustes econômicos necessários e não sob o aspecto político de atacar as bases estruturais dos problemas sociais.

Nesta esteira, cabe ainda considerar as relações entre o modelo das políticas públicas gerenciada pelo governo brasileiro, adotada também pelos governos estadual e municipal, ao se manter inerte e distante para poder penetrar e se desenvolver de forma efetiva nas contradições da estrutura social, e as ações políticas que possam fazer frente à necessidade de superação dos problemas nacionais; conserva existência à mercê de plataformas de governo que se alternam no poder, contribuindo para manter intactas as condições estruturais do processo de exclusão social.

A avaliação do impacto das políticas públicas é um dos fatores fundamentais para nortear a viabilidade e futuro de seu desenvolvimento. Neste sentido deve-se analisar se o significado dos critérios avaliativos das políticas públicas que combatem à exclusão social, ao obedecerem exclusivamente a uma lógica racionalista de mercado e de valorização do individualismo, referindo-se unicamente à quantidade de usuários e empregos obtidos por estes, entram em confronto com o propósito destas políticas em desenvolver a dimensão política do indivíduo quanto aos aspectos básicos motivacionais voltados à ética e cidadania.

Em decorrência desta situação e de acordo com esta dimensão da subjetividade, os agentes sociais que participam da elaboração dos programas das políticas públicas, ao se mostrarem distantes e sem potencializarem forças

suficientes para sustentar a integração do indivíduo dentro de uma concepção de ética e cidadania, revelam-se insuficientes para interferirem no sentido de lidar com o sofrimento psíquico que mantém os usuários na esfera da exclusão social.

Tais linhas de pesquisa permitem circunscrever o objeto de estudo deste trabalho, analisando o impacto das atividades do Centro Experimental Público de Vila Formosa, que integra o *Programa Aprendendo a Aprender* coordenado pela Secretaria do Emprego e Relações do Trabalho do Governo do Estado de São Paulo, sobre a formação profissional dos usuários, voltada para uma concepção de indivíduo vinculada aos aspectos de ética e cidadania.

A pesquisa realizada com os usuários deste *Programa*, que freqüentaram as atividades e cursos oferecidos por esta política pública, procura detectar modificações e produção de novos sentidos que os colocam perante o trabalho. Tal indagação compreende o modo e habilidades para realizá-lo, relacionados com a percepção dos mecanismos do mercado de trabalho, funcionamento e direitos e a vinculação com as necessidades da comunidade local. Realizaram-se 13 entrevistas, distribuídas entre os seguintes cursos de capacitação: *Suporte Técnico em Informática e Preparação para o Mundo do Trabalho Informatizado*.

Além da entrevista dos usuários, também foram avaliados os propósitos desencadeadores das atividades do Centro Experimental Público de Vila Formosa, com técnicos implementadores do *Programa Aprendendo a Aprender*, a fim de possibilitar visualização do processo desencadeado por este tipo de política pública, uma vez que é fundamental a ação de agentes como desafio à produção de novos sentidos, em uma realidade bastante adversa. Desta forma foram realizadas entrevistas com estes mesmos técnicos, que seguem em anexo e são freqüentemente citadas no decorrer da tese.

É importante situar o *Programa Aprendendo a Aprender*, e relacioná-lo com uma síntese do quadro atual que determinou sua existência. Em função da abertura do mercado nacional, a partir dos anos 90 e da reestruturação produtiva amparada na tecnologia, excludente de mão-de-obra, o mercado de trabalho sofreu mudanças significativas, que impactaram na modificação do contrato formal de trabalho e em sua redefinição. O estudo sobre novas formas de trabalho se faz urgente, na medida

em que este modelo produtivo reestruturado, além de ser excludente, não absorve mão-de-obra suficiente, demandando intervenção de políticas públicas, com o intuito de fornecer critérios de desenvolvimento futuro do trabalho. Tal investigação envolve tanto a recapacitação profissional dos trabalhadores, desempregados e empregados, em face das exigências existentes para o trabalho assalariado, bem como a capacitação ou "qualificação" para o trabalho sob a ótica informal, autônoma, ou auto-gestionária. Dentro deste âmbito, o *Programa Aprendendo a Aprender* foi criado, com o propósito de fomentar a participação da sociedade civil na solução dos entraves existentes, voltados basicamente à resolução de problemas localizados em determinada comunidade e dentro das dimensões de ética e cidadania.

Estas duas dimensões, ética e cidadania, vão permitir o enraizamento e desenvolvimento dessas políticas públicas, uma vez que, sem sua existência, fica praticamente impossível estabelecer os limites de ação e, portanto, medir a eficiência de projetos sociais. No vínculo com a comunidade, objetiva-se, neste trabalho, a vida do usuário e seu redirecionamento em direção ao meio social; pode falar-se, então, em cidadania como fundamento para o prosseguimento das atividades destas políticas públicas.

As entidades que participam do Programa, tais como sindicatos e escolas profissionais de ensino, são consideradas como entidades colaboradoras para que novas posturas frente ao trabalho e participação política se efetivem, o que vai exigir, na interação, a superação de procedimentos tradicionais que não seguiam estes pressupostos. A análise destes procedimentos constitui fundamental importância para que o desenvolvimento e produção de novos sentidos na esfera da subjetividade venham a emergir.

Esta ação do Programa envolve a participação da comunidade na especificação da elaboração das atividades que devem ser estabelecidas, cabendo a coordenação das ações à SERT/SP. A forma de organização do *Programa*, destinada a formular um novo modelo de formação profissional, é composta pelo desenvolvimento e inter-relação dos três seguintes projetos.

Concebido como um espaço público não estatal de composição multipartite, o **Observatório Permanente de Situações de Emprego e Formação Profissional**² tem, como objetivo o fornecimento de informações, análises e propostas de ação, no intuito de subsidiar os atores públicos e privados que desenvolvem políticas e ações no âmbito do mundo do trabalho, envolvendo mudanças: emprego e mercado de trabalho; profissões e ocupações; formação e desenvolvimento profissional.

Para tal propósito, conta-se com a participação de atores que, interessados na busca de alternativas para o emprego, disponibilizem informações e análises sobre possibilidades de buscar alternativas a fim de enfrentar problemas e potencializar oportunidades na busca de mais e melhores empregos.

Mediante a necessidade apresentada por atores sociais envolvidos na situação problema, e mediante consultas a representantes de meios políticos e técnicos, processa-se, portanto, o trabalho do Observatório. Estes representantes compõem a chamada Rede de Observadores, composta por várias entidades, necessárias para dar conta do universo altamente heterogêneo da situação de emprego e mercado de trabalho paulista. A Rede é formada por representantes de empresários, trabalhadores, governo, instituições de pesquisa e entidades de formação profissional.

Uma vez realizado este passo, desenvolveu-se um estudo exploratório dos temas pertinentes à demanda, implicando uma análise mais aprofundada da situação, a fim de propiciar melhor desencadeamento das ações necessárias.

De acordo com o implementador do Programa, Sergio Augusto Bianchini, a maior dificuldade do Observatório é ter que “*dar respostas rápidas a uma situação complexa*” (Entrevista anexa, pergunta 3). Comparativamente aos observatórios existentes nos EUA e Canadá, existentes desde 1965, o brasileiro não se prende a um sistema técnico de informações, como é o caso dos outros dois países, mas sim a um pressuposto democrático, bastante recente. Às vezes, uma resposta é impossibilitada de se efetivar pela falta de elementos técnicos, e o Estado não tem

² Para uma visão mais ampla do Observatório, consultar o Caderno da SERT Programa “*Aprendendo a Aprender*”: *A busca do novo desenho para a formação profissional*. Dez/2000. Com o objetivo de melhor visualizar seu funcionamento utilizar o site www.observatório.sp.gov.br.

uma cultura de dividir papéis nem de participar, o que acontece também com os sindicatos de trabalhadores e empresariais.

Desta forma, a ação do Observatório se depara com os fatores culturais de uma não tradição democrática do país, bem como com um não enraizamento na sociedade, ponto fundamental para esta tese, pois “*o Estado é também efêmero. O projeto tem que ser comum à sociedade. Passa um governador e muda o Programa ou o extingue*” (Anexo, pergunta 3).

O Projeto Habilidades Básicas e Específicas³ desenvolve metodologias que conciliem educação e trabalho, possibilitando, ao trabalhador, ampliar sua consciência de cidadão. As *Habilidades Básicas* se referem aos aspectos motivacionais que envolvem elaboração crítica, raciocínio lógico, iniciativa para a resolução de problemas, capacidade de organização do próprio trabalho, capacidade de comunicação – inclusive com leitura e escrita – independência, concentração e disciplina para o estudo. As *Habilidades Específicas* têm, como objetivo, oferecer ao trabalhador a oportunidade de acréscimo de conhecimento, ampliando possibilidades de inserção no mercado de trabalho e a capacidade empreendedora, adaptando os conteúdos específicos do **Projeto** aos diversos setores da região de execução, principalmente no tocante às necessidades das pequenas e médias empresas (SERT, 2000: 25).

O Projeto Centro Experimental Público de Formação Profissional⁴, que tem, como missão, ser um espaço inovador de capacitação profissional para irradiar experiência a outros setores sociais, é um local de experimentos de novas metodologias de educação/formação profissional em parceria com entidades específicas. (SERT, 2000: 25). Os usuários do Programa que foram entrevistados nesta pesquisa passaram pelas atividades deste Projeto, considerado como o órgão executor desta política pública.

Na elaboração deste *Programa*, participaram outras entidades, tais como associações de trabalhadores e moradores da Zona Leste, instituições de aprendizagem comercial e industrial, como SENAC e SENAI, sindicatos de trabalhadores, como Força Sindical, CUT e Confederação Geral dos Trabalhadores,

³ Este projeto será discutido com maiores detalhes no capítulo II.

⁴ A atividade deste projeto também será melhor discutida no capítulo II.

além de universidades como USP, PUC e UNICAMP. O enfoque será voltado para as denominadas habilidades básicas que implicam desenvolvimento dos aspectos motivacionais dentro da concepção de ética e cidadania. Além deste fator, existem as Habilidades Específicas, que são os conteúdos específicos requeridos pelas atividades profissionais que não serão enfocadas, mas que são decorrentes das habilidades básicas, uma vez que não há uma separação entre o aspecto emocional e o cognitivo, mas sim uma interação destes dois fatores.

Além deste aspecto voltado às habilidades básicas, que se referem aos usuários do *Programa*, o enfoque da subjetividade se dá também na direção da comunidade local e na inter-relação desta com as entidades que coordenam a execução dos projetos. A relação entre estas deve propiciar a produção de saberes que se enquadrem em uma postura de participação democrática, bem como em se desfazer de posturas corporativistas, tradicionalmente aceitas como naturais. Neste campo, estão os técnicos implementadores que fazem a intersecção com as diversas entidades que demandam os serviços do *Programa Aprendendo a Aprender*.

Outros aspectos teóricos e metodológicos estão indicados nas súmulas dos quatro capítulos da tese, organizados conforme segue.

O primeiro capítulo versará sobre os problemas estruturais do país dentro do qual atuam as políticas públicas. A análise da estrutura social reporta-se à racionalidade que permeia o mercado de trabalho no Brasil que, no processo de modernização ocorrido no decorrer da história brasileira, não rompe com as condições concretas arcaicas que determinaram a racionalidade atual. A absorção do moderno por uma ordem originada na velha ordem senhorial escravocrata persiste com a lógica estrutural que impede o desenvolvimento de transformações sociais por uma ação política.

A concepção de progresso que permeia esta situação, em lugar de colaborar para a ruptura com esta dimensão colonial, acaba por fortalecê-la, uma vez que não houve, no decorrer da história, tensões sociais que pusessem em cheque o modelo anterior, mas sim o renovassem e revolucionassem de fora para dentro do país, e dentro deste, pela participação exclusiva de sua elite. O período de industrialização

do país, ocorrido a partir da década de 30, implantou uma estrutura trabalhista que atendia às necessidades de modernização controlada, dentro do alcance das atividades reguladas pelo Estado. O surgimento da tecnocracia neste período traz um refinamento do controle estatal sobre as atividades produtivas do país, com o atrelamento das políticas econômicas aos processos de regulação salarial. Tem-se, com mais propriedade, a instrumentalização do social. Após a abertura do mercado nacional para as importações e à entrada do capital internacional, surgem com mais intensidade as políticas públicas de emprego que visam compensar o atraso em que se encontra a mão-de-obra.

Esta racionalidade, analisada por Florestan Fernandes, vai determinar a concepção de um "indivíduo livre", voltado para o mercado de trabalho no Brasil, bem como a dos agentes empreendedores e gestores do Estado brasileiro. Este mesmo "indivíduo livre" vê-se constantemente referenciado a uma relação positiva com os símbolos de poder na sociedade, cujas dimensões de status e de ascensão social não se direcionam ao sujeito moderno e cidadão, mas sim às antigas formas de dominação.

A concepção de indivíduo trabalhada nesta tese utiliza a psicanálise como referencial teórico, pois esta permite delinear aspectos da subjetividade que vão da potencialização de atividades, voltada ao aprendizado e vivências com novas produções de sentido e da degeneração do próprio indivíduo que, ao romper vínculos básicos relacionados ao trabalho e família, encaminha-se à sua própria destruição. Como o atendimento do Centro Experimental Público aos trabalhadores compreende um leque que vai desde a educação do jovem ao primeiro emprego ao desempregado, que é maioria, e também ao trabalhador já experiente que necessita ser reciclado; esta base psicanalítica permite uma reflexão e posicionamento sobre a dinâmica existencial desta variedade de situações.

No sentido de fundamentar a racionalidade estrutural e gênese do mercado de trabalho e seus problemas decorrentes, será utilizado como texto base o trabalho de Florestan Fernandes denominado "A Formação da Ordem Competitiva" de seu livro *A Revolução Burguesa no Brasil*. Sonia Maria Draibe, que possui ampla bibliografia sobre o assunto das implementações das políticas públicas na América Latina e Brasil, lida basicamente com o processo de redemocratização brasileiro,

vinculado à implementação destas mesmas políticas dentro dos princípios democráticos.

O segundo capítulo diz respeito às necessidades que originaram o *Programa Aprendendo a Aprender*, seus propósitos e princípios e a funcionalidade do Centro Experimental Público de Vila Formosa, analisada de acordo com referencial teórico específico. Discutem-se, também, a realização da pesquisa e as dificuldades enfrentadas na coleta de dados que reflete a dinâmica do processo social da Cidade de São Paulo.

Um fator, de extrema relevância e básico para auxiliar a compreensão deste processo de pesquisa e análise, é a concepção de trabalho desenvolvida por Hannah Arendt que presume o desenvolvimento da subjetividade dentro de uma relação entre o sujeito e o mundo, no qual o trabalhador, como agente, realiza a produção de acordo com sua própria elaboração mental, o que se contrapõe ao processo de labor que é repetitivo e destinado basicamente à sobrevivência e consumo imediato.

O espaço do *Programa Aprendendo a Aprender* compreende um universo que envolve a ação perante trabalhadores desempregados, empregados que querem ser reciclados, jovens à busca do primeiro emprego, participação das entidades e envolvimento na comunidade local de forma democrática. Em todos estes processos, a subjetividade é discutida no sentido de produzir sentidos que a desenvolvam, em confronto com a ideologia que visa ditar modas de trabalho, fomentando uma hipercompetitividade na qual o emprego oferecido não é para todos. Assim, cabe realizar uma análise dos processos de trabalho que lidam com uma concepção de "motivação" obscura por esconder a realidade da produção atual, que dá margens a um processo de degradação e a uma ideologia em que os processos de ética ficam relegados a segundo plano. Buscam-se, aqui, na psicopatologia do trabalho desenvolvida por Christophe Dejours, alguns elementos que compõem uma degradação da subjetividade, na qual o *Programa* lida por ocasião de desenvolver o processo educacional de recapacitação profissional.

No terceiro capítulo, *A Subjetividade entre a Reeducação e a Exclusão*, é trabalhada a análise dos dados da pesquisa e a relação entre a subjetividade e

mercado de trabalho. Este capítulo constitui o ponto fundamental e crucial da tese no qual os aspectos motivacionais que sustentam e vinculam o indivíduo com as relações profissionais de trabalho, ou seja, a inserção e exclusão deste no mercado formal, são de grande importância para a atividade das políticas públicas. Neste sentido, será utilizado o trabalho de Clauss Offe *A Economia Política do Mercado de Trabalho* que esclarece a estrutura e principalmente a dinâmica do mercado capitalista que desenvolve em grande parte a mesma lógica de acumulação para o mercado brasileiro; trata dos aspectos da racionalidade de inclusão e exclusão da força de trabalho relacionados também ao grande desenvolvimento da tecnologia. A subjetividade se torna cada vez menos necessária ao processo de produção o que exige não somente menor número de trabalhadores, mas que, no aspecto qualitativo, compreende um empobrecimento das relações no trabalho que é melhor analisado sob o prisma da "ideologia defensiva do realismo econômico" de Christophe Dejours.

A análise dos dados da pesquisa com os usuários do Centro Experimental Público, que acompanha este capítulo, demonstra que é, no campo do trabalho formal, do emprego assalariado, que se dá o desenvolvimento da ideologia excludente do trabalho atual. Esta envolve o discurso de "qualificação profissional", associado aos processos de informatização e utilização de novas tecnologias, mas, que para se realizar, compreende uma lógica de vencedores e vencidos, melhor analisada por Richard Sennett. A vivência no mercado de trabalho não segue uma rotina de simples encaixe da mão-de-obra em empregos, mas sim, no campo da subjetividade, há uma expectativa de alto desempenho pelos jovens; existe uma vivência na qual o trabalhador empregado, ou desempregado, pode ter passado por situações degradantes, o que o predispõe a uma desistência na busca de uma colocação, com grande significado em todo o projeto de vida.

Este capítulo irá fundamentar as conseqüências de tal lógica de ação para as relações sociais, nas quais os grupos mais organizados se defendem preconceituosamente perante aqueles que não estão estruturados, principalmente quando a referência for sobre o indivíduo que não é vinculado a nenhum grupo. Neste cenário, em relação aos aspectos básicos da subjetividade, dentro de uma visão de processo civilizatório, será utilizado o trabalho de Sigmund Freud "O Mal-estar na Civilização" que trabalha com a ambigüidade da subjetividade humana das

pulsões integrativas de Eros e das motivações inconscientes degenerativas da pulsão de morte. O trabalho para Freud fornece a base a um projeto de vida no qual o ser humano busca a felicidade como princípio primordial em sua existência; quando não encontra esta possibilidade, põe em risco seu processo de inserção na sociedade, mediante a negação e destruição de vínculos essenciais que o prendem à vida, a exemplo da família como núcleo básico, e as demais relações necessárias para seu reconhecimento enquanto ser socializado.

No quarto capítulo, *O Trabalhador frente à Exclusão Social e Políticas Públicas*, será desenvolvido o tema da exclusão social e suas relações com as dimensões de ética e cidadania, nas quais o sofrimento psíquico consiste em um impeditivo da possibilidade desta relação. As condições existentes de exclusão social são as mesmas que permeiam o processo de recapacitação profissional: o indivíduo se recapacita profissionalmente, ou então, fica à mercê da exclusão. Por um lado, há a necessidade de absorção de mão-de-obra especializada e, por outro, não há empregos para todos no mercado formal de trabalho. No segundo caso, há necessidade de promover uma resignificação do processo de trabalho no intuito de promover novas fontes de renda, dando outros sentidos às relações sociais. A importância deste capítulo se dá ao verificar-se que os vínculos são rompidos, ou então, como se forma uma identidade da exclusão social que deveria ser evitada por uma intervenção das políticas públicas. Este capítulo vai fundamentar, intervenções necessárias sobre os aspectos motivacionais com o propósito de manterem vivas as pretensões do desenvolvimento das habilidades para o desenvolvimento da aprendizagem de novas formas de trabalho, bem como das dimensões de ética e cidadania. Como referência bibliográfica, será utilizado o livro organizado por Bader Sawaia *As Artimanhas da Exclusão*, composto de vários autores, o que propicia uma atualização do tema e do referencial bibliográfico.

A conclusão da pesquisa considera que é necessário desenvolver metodologias que possam fazer um acompanhamento dos usuários do Centro Público Experimental de Vila Formosa, pois, dentro do intervalo de tempo ocorrido entre a realização do curso pelos usuários e a pesquisa realizada nesta tese, não há possibilidade de verificar que efeitos foram absorvidos pelos usuários. Tem-se, por parte destes, a aprovação do *Programa Aprendendo a Aprender* como sendo uma

boa iniciativa por parte do governo, mas o que permaneceu foi uma visão de obtenção de emprego formal, o que não é o único caminho proposto pelo Programa.

A vinculação do Programa com a comunidade não implica uma continuidade de trabalho com os usuários, quer pelas grandes dificuldades sociais existentes que procedem de uma cultura secular, quer pela cultura existente de não participação da sociedade civil em políticas públicas. A necessidade de desenvolvimento de novos processos e formas metodológicas que possam acompanhar e avaliar o enraizamento do Programa é compartilhado pelos técnicos implementadores; para tanto, relacionam-se, mediante a SERT – Secretaria do Emprego e Relações de Trabalho, com organismos internacionais como a OIT – Organização Internacional do Trabalho – e outros países que desenvolvem projetos semelhantes, a exemplo do Canadá.

Dessa forma, a dimensão subjetiva propicia uma colaboração essencial para o delineamento e desenvolvimento de novas metodologias, pois implica o alcance efetivo e real do projeto experimental, naquilo que reflete nas modificações do cotidiano da atividade humana. Auxilia a visualizar os pontos de alcance e ruptura das atividades do Centro Experimental e, fator principal: parte-se da vida da comunidade alvo, seus anseios, expectativas e frustrações para a análise do Projeto.

Biblioteca
Nadir Gouveia Kfoury
PUC/SP

CAPÍTULO I

A ESTRUTURA SOCIAL E AS POLÍTICAS PÚBLICAS NO BRASIL

A realização da pesquisa referente ao Centro Público Experimental de Vila Formosa localizado na Zona Leste da Cidade de São Paulo, região escolhida pelo *Programa Aprendendo a Aprender* por suas características com necessidades urgentes de intervenção, foi feita em um cenário no qual os processos de modernização convivem visivelmente com questões pré-modernas, ainda não devidamente resolvidas, tais como a vida precária e níveis de miséria, o que transparece a existência de dois mundos à parte. Exigências de recapacitação profissional para empresas de médio e grande porte em avançado processo de reestruturação produtiva, com alta tecnologia e inovação de processos administrativos que exige pessoal capacitado para tanto, convivem ao lado de trabalhadores, que são a população majoritária, vivendo em situação precária, com baixíssimo nível de instrução, em condições nas quais o atendimento social é praticamente inexistente.

Esta visão pode dar margens a uma interpretação simplista de que um processo educacional massivo pode resolver tais problemas básicos, principalmente o referente à questão do mercado de trabalho. Sem dúvida que um projeto educacional de grande porte é de fundamental importância, mas a aparência desta situação, sua complexa dinâmica repousa em fatores que transcendem esta primeira impressão, de ordem histórico-estrutural.

No propósito de configurar o problema da pesquisa, algumas questões logo vieram à tona dentro deste cenário no qual o moderno convive com o atrasado. Partindo de primeiras impressões, uma questão fundamental que logo surgiu foi a seguinte: que moderno e atraso são estes? Uma questão que nos remete e

descongela um olhar acostumado a pensar no país de forma estereotipada e negativa: o país do “não ainda”, no qual o desenvolvimento político, econômico e social “ainda não se deu” de acordo com os modelos das sociedades desenvolvidas da Europa e EUA. Rotulações que justificam o atraso do país, tais como “povo atrasado e analfabeto”, “país de corruptos”, etc., antecedem um julgamento de valor que implica uma compreensão idealizada e preconceituosa da realidade brasileira; uma leitura de “cima para baixo”, ao contrário do que seria uma inserção de um olhar científico, parte da afirmação dos problemas existentes, de “baixo para cima”, para tentar esclarecer alguns determinantes desta realidade.

Nesta situação, pensamos até onde as estatísticas e análises econômicas, provenientes às vezes de mecanismos internacionais, como a UNICEF – Fundo das Nações Unidas para a Infância (*United Nations International Children's Emergency Fund*), por exemplo, representam o suficiente nossa realidade, para que dêem sustentação efetiva a uma análise científica. O trabalho informal é um elemento que parece distante de ser compreendido exclusivamente pelos tratamentos quantitativos, uma vez que pode ser considerado como desemprego, ou subemprego, o que configura um mercado em que o emprego formal sempre foi preponderante em nossa sociedade, sem considerar que as raízes do mercado nacional, especificamente o da cidade de São Paulo, funciona também nesta informalidade.

As políticas públicas de recapacitação profissional vêm inserir-se em um contexto no qual, mais uma vez, os apelos à necessidade de modernização devem ser atendidos mediante capacitação profissional para colaborar com a integração do país no mercado mundial, bem como em lidar com o “atraso”, de evitar a exclusão social e integrar uma população com baixo nível de qualificação em um mercado que dê garantias de sobrevivência. Aliado a esta situação, pensou-se, também, no caráter das intervenções no social: se vai se dar, mais uma vez, de forma assistencialista, ou então, de forma mais efetiva no campo do desenvolvimento social, o da participação e da cidadania. Colocada a questão de outra forma, perguntamos se a instrumentalização do social vai dar seqüência nas questões que se remetem a ele, mediante políticas públicas, ou então, pode, de fato, colaborar para propiciar a emergência de uma sociedade civil fortalecida.

No propósito de discutir a inserção das políticas públicas no país, é importante realizá-lo sob o ponto de vista de estrutura e racionalidade inerente ao processo de modernização brasileira, uma vez que é sob estes dois tópicos, o estrutural e o dinâmico, que permearão as análises referentes às hipóteses desta tese.

A discussão se fará abrangendo dois pontos fundamentais: em primeiro lugar, os aspectos da ordem competitiva ou mercadológica em que se inserem as políticas públicas em questão e, em segundo lugar, a questão do indivíduo enquanto agente social, situando-o dentro da atividade do trabalho relacionado com as necessidades de desenvolvimento do país e com a ideologia, que vai direcionar e permear suas motivações básicas. Este indivíduo, inserido e entrelaçado numa ordem senhorial, buscará sentido numa relação mercadológica moderna e internacional que remonta a tempos coloniais.

Por fim, discute-se a concepção de indivíduo, analisando-a sob as premissas da modernidade relativas às concepções de ética e cidadania, que formariam um sujeito participante e reivindicador de direitos sociais. Estas concepções que fazem parte do projeto de modernização social buscado pelo Brasil desde a República, e que vem sendo ressaltado como fundamental no processo de democratização da sociedade brasileira pós-anos 80 do século passado, são questionáveis quanto ao seu enraizamento nas atividades cotidianas do indivíduo no país, o que de certa forma deixa de realçar a importância da subjetividade como um aspecto crucial para o desenvolvimento das questões político-sociais.

Quanto a este aspecto, o trabalho de Florestan Fernandes intitulado *A Revolução Burguesa no Brasil* oferece uma rica base interpretativa da realidade brasileira, na qual a questão histórica torna-se fundamental para discutir as contradições inerentes ao processo de modernização, uma vez que a temática desta obra refere-se à ação humana direcionada para as possibilidades de mudanças sociais. A existência dos processos senhoriais e autoritários que estão na base da formação da estrutura social não deve ser desprezada como fazendo parte de um passado cronológico, mas, pelo contrário, deve ser levada em grande consideração por sua eficiência ao manter sua racionalidade vigente até os dias atuais.

Se um dos propósitos das políticas públicas que lidam com a questão do emprego é a de que a cidadania seja fortalecida, o que vai implicar ruptura com esta racionalidade escravista, a superação desta torna-se um dos grandes desafios que têm pela frente e que as insere no processo de democratização. O enfrentamento desta racionalidade escravista é de grande relevância, ao se abordar a questão social, como elemento imprescindível para a modernização do país, uma vez que a versatilidade desta lógica senhorial, enraizada na estrutura do país, ao abranger a urgência do social, abarca-o dentro de uma ordem que muda sem nada modificar sua estrutura; atua dentro de uma determinada racionalidade preconcebida e modismos voltados ao "politicamente correto", o que perpetua o *status quo* de miserabilização, acompanhando o país em seu desenvolvimento histórico.

No aspecto dinâmico, que se refere à implementação das políticas públicas no Brasil dentro do processo de redemocratização pós-anos 80, serão utilizados textos de Sônia Miriam Draibe que realiza uma análise, refletindo sobre a experiência da realização das reformas dos programas sociais neste mesmo período. O trabalho da autora, ao se referir ao contexto latino-americano, que inclui obviamente o Brasil, trata dos aspectos políticos de descentralização das políticas públicas dentro das tentativas destas em se descentralizarem do Estado, para abranger maior número de participantes, o que tem implicações para as pretensões de legitimação do processo democrático, incidindo sobre a elaboração e reforma dessas.

Desta maneira, situando as reformas das políticas públicas dentro do campo institucional Draibe, analisando a inovação institucional das políticas públicas que possuem uma efetividade a ser considerada, indaga sobre o "*sentido das transformações – sejam as grandes reformas, sejam as pequenas mas múltiplas mudanças – que vêm alterando a fisionomia dos sistemas latino-americanos de proteção social*" (Draibe, 1997: 3).

Dessa forma, tanto as condições estruturais, quanto as institucionais e organizacionais são os dois principais pontos de análise, que acompanham a forma de análise desta pesquisa e que "*são, com efeito, razões de natureza estrutural que podem explicar, por exemplo, o alto grau de exclusão social e a baixa equidade com que se desempenhavam as políticas e programas sociais da região*" (Draibe, 1997: 3).

1.1 A Racionalidade da Estrutura Social Brasileira

Discutindo o impacto da racionalidade que permeia a sociedade brasileira têm sobre a implementação das políticas públicas, vamos recorrer ao trabalho de Florestan Fernandes, por fornecer explicações além da forma em como se estruturou a ordem competitiva brasileira, ou seja inerente a ela, a racionalidade e o sentido que a fundamenta. Esta, como já citada anteriormente, não é uma característica da história recente do país referente à industrialização brasileira levada a cabo nos anos 50, do recente mercado competitivo, mas sim de sua origem colonial-escravocrata que delimita as variáveis históricas que a mantém até hoje. Desta forma, é importante citar que, ao discutir o processo histórico brasileiro, no sentido que este buscou desenvolver um padrão de civilização específico segundo moldes universais baseados nos países que tinham realizado sua "revolução burguesa", como EUA, Inglaterra e França, Florestan esclarece o que seria a interpretação deste movimento da história:

*"O que é ou não é histórico determina-se ao nível do significado ou da importância que certa ocorrência (ação, processo, acontecimento, etc.) possui para dada coletividade, empenhada em manter, em renovar ou em substituir o padrão de civilização vigente. Tomado nesse nível, o histórico tanto se confunde com o que **varia**, quanto com o que se **repete**, impondo-se que se estabeleçam como essenciais as polarizações dinâmicas e que orientem o comportamento individual ou coletivo dos autores (manter, renovar ou substituir o padrão de civilização vigente)." (Fernandes, 1975: 17. Grifos nossos).*

Esta concepção de história auxilia a pensar a estrutura e a dinâmica social como pólos de tensão histórica, em que o passado convive com o presente dentro de uma determinada ordem social, atrelando o aspecto dinâmico com o estrutural. Ao considerar apenas este primeiro aspecto, o dinâmico, como o movimento da história, poder-se-ia ler um fato social do passado como superado em relação ao presente, o que esconde uma "regulação" do social dentro de uma determinada

ordem, presentifica de forma moderna e ao mesmo tempo prossegue velada em sua estrutura. Tais conceitos possibilitam, por exemplo, um enquadramento político fragmentário, ou seja, a economia de um lado e o social de outro, como uma relação positiva de duas "coisas" superpostas e separadas que se relacionam sem nenhuma contradição. Neste sentido é possibilitado discutir novos processos de trabalho, bem como trabalho não qualificado, como duas instâncias separadas, não considerando neste ponto as contradições que implicam a modernização e naquilo que, imanente a esta mesma modernização, perpetua o atraso.

Desta maneira, podemos situar o processo de redemocratização brasileiro dentro de um padrão civilizatório no qual o momento atual obedece a polarizações e tensões, profundamente enraizadas na sociedade e no Estado brasileiro, nas relações com sua própria estrutura social interna e com o exterior. A racionalidade do Estado brasileiro obedece a essa dinâmica de inserção no mundo no qual o modelo de desenvolvimento se amolda facilmente aos "novos paradigmas" de desenvolvimento e soluções para os problemas sociais, fomentando uma ideologia em que o processo dialético e histórico que leva a possibilidades de transformação social fica relegado como antiquado, ou então, superado por autores de moda acadêmica.

Na gênese desta racionalidade e ordem competitiva, está uma revolução política que ocorre, por ocasião da independência do país, porém insuficiente para abranger grandes transformações econômicas e sociais no Brasil. Foi a manutenção de padrões civilizatórios que compreendem a herança do modelo de colonização, calcado em formas unicamente autocráticas de castas e estamentos que estabeleciam o equilíbrio social (1975: 152), que conduziu o processo histórico de modernização da sociedade brasileira:

"Esses estratos dispunham de meios para 'fazer história' e para alterar 'o rumo normal das coisas'. Essa regra se aplicava especialmente à aristocracia agrária e nos ajuda a compreender como foi esta que gerou, pelas tensões insolúveis da estrutura interna do 'mundo dos privilegiados' e através do destino social do senhor - e não do escravo, do liberto ou do homem livre dependente - os germes da desagregação e da

destruição da ordem social escravocrata e senhorial"
(Fernandes, 1975: 153).

Esta afirmação é de extrema relevância para os propósitos desta tese, uma vez que se trata da origem e perpetuação de uma ordem civil que vai modernizar toda a sociedade brasileira. Não significa que não houve modificações e rupturas dentro desta ordem; o importante é que permaneça a idéia de que esta racionalidade senhorial sempre conduziu os destinos do país em detrimento da inexistência de um movimento de indivíduos livres; em uma relação que sempre impediu a emergência e fortalecimento de qualquer movimento que contribuísse para a emergência de indivíduos livres, no sentido liberal, em um movimento de tensão de baixo para cima na estrutura social que possibilitasse a ruptura com essa herança colonial. É na dinâmica de "revolução dentro da ordem" e contra-revolução que romperia com esta ordem que se baseia a tensão deste trabalho. As dimensões de ética e cidadania, discutidas atualmente devem, portanto, partir da consideração de que há um conformismo com esta ordem e que, para produzir mudanças sociais, haverá a necessidade de provocar fortes tensões por parte de uma sociedade civil, que possibilitará o enfrentamento e a ruptura com a ordem autocrática.

A legitimação desta racionalidade senhorial é efetivada pela manutenção de uma ordem que envolve forte controle sobre a sociedade, tendendo a hierarquizar as mudanças, subordinando-as à sua lógica de manutenção de privilégios; por outro lado, sem força suficiente para enfrentar, ou influenciar a dinâmica do mercado mundial (1975: 154). A resultante desta forma de organização social implica um "progresso caseiro" no qual os elementos que seriam universais na modernização, como mercado de trabalho, democracia e, conseqüentemente o surgimento do indivíduo livre, fossem submetidos a uma domesticação, o que aprisiona e fragmenta estes pontos universais e fomenta uma concepção de realidade na qual as soluções propostas para os problemas daí decorrentes privilegiam "naturalmente" aqueles que a comandam. Cabe ressaltar que esta lógica permeia as formas de organização social em seu conjunto, situando-se além da esfera do poder. Isto é bastante significativo, pois implica intenções universalistas apropriadas, que se cristalizam nas organizações sociais do Estado e da "sociedade civil", como sindicatos, empresas e universidades, e em nosso caso, políticas públicas.

Para Draibe, pode-se fazer um paralelo desta racionalidade na própria elaboração das políticas públicas que não possuíam um caráter universalista de equidade em sua concepção original, mas sim patrimonialista voltado a categorias sociais com maior poder de barganha, pois *"a crer na literatura doméstica, são as mesmas, no plano estrutural, as raízes sociológicas da exclusão, apoiadas em semelhantes vetores de desigualdades socioeconômicas: as de renda, as urbano-rurais, as regionais (interprovinciais), além das de cor, raça e gênero"* (1977: 4).

A absorção das políticas públicas dentro da racionalidade senhorial coloca já de antemão, por ocasião de sua elaboração, uma limitação de seu alcance. Se a concepção de indivíduo e usufrutos de direitos é universal, então o alcance deve ser estendido a todos que de fato o possuem, mesmo que porventura não estejam representados por organizações na elaboração destas políticas públicas. Desta forma, há, na própria elaboração destas políticas, uma forma de organização que pressupõe o atendimento e o alcance das políticas públicas àqueles que de fato têm maior poder de organização, o que reforça a concepção do nosso mercado interno doméstico, ou seja, atrelado a uma racionalidade de "competição controlada". Contudo, parte-se dela para elaborar os propósitos de ação das políticas públicas, uma vez que se pode contar, num primeiro momento, somente com os setores que se encontram organizados; a superação de seu próprio ponto de partida que rompe com esta lógica corporativa e se estende de forma mais abrangente e inclusiva socialmente àqueles indivíduos que carecem de representatividade torna-se um de seus maiores desafios.

Neste caso, é imprescindível a necessidade de potencializar uma ação em uma estrutura social que aponta para a emergência de um indivíduo universal, mas que, no decorrer da história da sociedade, não encontrou mobilização social suficiente que pudesse expandi-la como força que rompesse com uma ordem autocrática representada pela figura do senhor, como praticamente o único agente histórico determinante. Assim, as políticas públicas defrontam-se com determinantes da gênese do mercado brasileiro que se deve a resultante de três tipos de tensão, de acordo com Florestan Fernandes:

1 – A racionalidade cataclísmica que nega a racionalidade do mercado, pondo em risco a ordem harmônica senhorial; o desprendimento dinâmico das forças de

mercado pode descontrolar a antiga ordem e induzir todos a participarem em risco, dentro do mercado. A qualidade deste mercado é referente ao modelo clássico existente no século XVIII, com o fato de ser regulado por leis, tendo como critério a eficiência da produtividade.

2 – O elemento das famílias tradicionais que não possuía condição senhorial, mas que se identificava com ela de acordo com os símbolos de status. A posse como uma relação determinante para os parâmetros de atividade, o que implica atitude sobreposta às leis vigentes. O critério de favorecimento é a norma que vai atrelar as relações produtivas com o poder do Estado. O espaço de subjetividade fica vinculado a uma relação de servidão (apadrinhamento) na qual a intenção e “valores do outro” fornecem os parâmetros morais a serem seguidos. A concepção do indivíduo moderno, autônomo e liberal, cujo parâmetro moral se dá de acordo com sua própria conduta e em relação às leis e à ética, permanece então como uma ficção.

3 – O protesto utópico liberal que revolucionou os costumes, mas que se ateve à antiga ordem. É fundamental destacar aqui a relação entre a aparência dos costumes e a verdade destes, quer seja na atividade econômica, quer seja na moralidade. É importante o olhar além das aparências do discurso e das atitudes que parecem ir a determinado lugar de modernização e ruptura, para uma identificação “oculta” com os mesmos costumes. Há um discurso e forma de ação racionalizados, que justifica o modo como se realizam e decidem as atividades produtivas e políticas. Assim, o jus-naturalismo liberal chega como maquiagem e prossegue até os dias de hoje, campo este que será mais amplamente discutido a partir da lógica do indivíduo.

Analisa-se a permanência desta cosmogonia senhorial, ou lógica escravista na história mais recente do Brasil que compreende a industrialização do país a partir da década de 30, na qual se poderia argumentar que houve transformações estruturais da criação do Estado brasileiro, o que por si só eliminaria esta lógica, Octavio Ianni fundamenta a perpetuação dessa dentro do próprio planejamento estatal de uma “nova ordem”:

"No conjunto dos anos 1930-70, entretanto, predominou a estratégia de desenvolvimento dependente. Nem o projeto de capitalismo nacional, nem o projeto de desenvolvimento socialista chegaram a impor-se. Ao contrário, eles existiram muito mais em nível ideológico. E somente o projeto de capitalismo nacional foi ensaiado em alguma ocasião" (Ianni, 1971: 309).

O fundamental deste período foi o surgimento de técnicas em uma outra dimensão que seria a fase de industrialização que superaria a condição de país agrário exportador. A revolução na economia do país, com a existência de novos agentes sociais como os tecnocratas que iriam administrar o novo Estado, embora mudasse as formas e relações de poder político e econômico, não forneceu, contudo, a mudança na estrutura racional deste poder sem agentes sociais que representassem novas forças para provocar rupturas profundas na sociedade, acabou por renovar a antiga lógica senhorial dentro de uma tecnocracia emergente na qual o "planejamento" surge como ponto fundamental.

1.2 As Políticas Públicas no Brasil

O desenvolvimento da tecnocracia é fundamental para o desenvolvimento das políticas públicas, uma vez que ao absorver a técnica e o planejamento, o Estado, sob a mesma racionalidade escravista, agora renovada, vai instrumentalizar o social, ou seja, hierarquizá-lo de uma forma que o "equilíbrio econômico" seja sobreposto à sociedade. O destino de recursos determinados pelo planejamento vai ser incorporado a esta racionalidade, de acordo com os privilégios a serem concedidos por necessidade de sobrevivência política e econômica de seus agentes que se encontram melhor organizados na sociedade. No campo das políticas públicas, estas mesmas condições são válidas também para os aspectos institucionais e organizacionais, pois:

"Às vésperas das turbulências dos 80, os países latino-americanos mostravam, sem exceção, nas armações e mecanismos de regulação dos seus sistemas de proteção social, as seguintes características, bastante referidas pela literatura: alto grau de centralização; débeis capacidades regulatórias e de implementação das políticas aos níveis subnacionais de governo; comportamentos fortemente corporativistas por parte dos corpos profissionais ligados aos grandes subsistemas de políticas; e, finalmente, fraca tradição participativa da sociedade na implementação e operação dos programas" (Draibe, 1997: 4).

Para a autora, além desta concepção voltada à centralização, a pouca participação da população na implementação dos projetos não é suficiente para provocar o rompimento com o corporativismo. A população em si existe mais no nível abstrato dos propósitos do que propriamente de fato, pois a ausência de participação não modifica, nem avalia a efetividade destes serviços de forma substancial. Assim, dentro da implementação das políticas públicas, Draibe assinala quatro dimensões essenciais:

1. forte concentração pelo governo central das capacidades (*state capabilities*) para a implementação dos diferentes programas;
2. ausência de mecanismos de controle da qualidade de prestação, além dos desperdícios e problemas de gerência;
3. intensa mobilização das políticas públicas por comportamentos fortemente corporativos dos funcionários e beneficiários;
4. pouca participação de associações voluntárias na implementação destas políticas com raras participações de sindicatos ou então da Igreja.

O enraizamento das políticas públicas se dá, portanto, fora do alcance de uma dimensão democrática, em um desenvolvimento econômico amparado no conservadorismo e autoritarismo. Em relação a esta mesma lógica, na qual Fernandes analisa a formação da ordem competitiva brasileira, Draibe a confirma em relação às políticas públicas; estão atreladas aos interesses de categorias que politicamente se amparam no populismo, clientelismo e patrimonialismo, *"enfim,*

pelas forças de movimento próprias do padrão conservador de bem-estar social sob o qual erigiram-se os sistemas de políticas sociais" (Draibe, 1997: 5).

Embora ocorresse a descentralização das políticas públicas nos anos 90, alavancada pelo processo de democratização da década anterior, esta não acompanhou a política econômica que tinha objetivos mais precisos, tais como acabar com a inflação ou então realizar ajustes necessários (Draibe, 1997: 6). Sem objetivos claros e transparentes, quer quanto às ações específicas, quer quanto à seus impactos, as políticas públicas ficam à mercê do jogo eleitoral, podendo ser freqüentemente utilizadas como propaganda eleitoral, ou atendendo a determinados interesses particularistas que se sobrepõem às gestões governamentais. Em que pese a permanência destas condições adversas à sua propagação e funcionamento democrático, a autora cita ainda dois planos nos quais surgem aspectos positivos, que podem ser amplamente dinamizados:

1. o dos valores, que implica amadurecimento do pensamento social que exige o gasto social como condição básica para o desenvolvimento e construção dos direitos da cidadania ;
2. o do plano institucional que compreende a descentralização das políticas públicas, a participação das formas colegiadas que tendem a acompanhar e interferir na elaboração dos planos sociais, e as parcerias entre os setores público, privado lucrativo e privado sem fins de lucro, sendo este presente nos novos tipos de ONGs – Organizações Não-Governamental.

No processo político referente aos anos 90, as políticas públicas dão grande ênfase à questão do emprego em caráter de urgência e fazem parte do projeto de governo de cunho social-democrata. Como a questão do emprego se torna ponto fundamental do desenvolvimento do país, o caráter das políticas públicas se destina a *"alavancar a geração de emprego, a melhorar a qualificação profissional e a garantir a proteção ao trabalhador"* (Draibe, 1998: 23).

A necessidade de integração envolve

"uma agenda de política social para a redução de desigualdades, para oferecer acesso a treinamento e crédito aos setores tradicionalmente excluídos e para integrar um

espectro mais amplo da sociedade na determinação de necessidades e na execução de atividades” (Posthuma, 1999: 19).

Os desafios, na verdade, são grandes se considerada a tradição de não participação democrática dos agentes sociais na elaboração e gestão de projetos desta ordem, bem como em dar conta deste em uma estrutura que abrange um grande nível de desigualdade social. No terreno da subjetividade, o processo de democratização deve ser enfático no que consiste radicalização, ou seja, a vinculação e tensão que este deve provocar no sentido de se contrapor a uma racionalidade que nega o pleno desenvolvimento dos direitos sociais à grande maioria de sua população. Uma subjetividade inclusiva, que fomente esta integração social, pois o fortalecimento do setor econômico depende em grande parte de uma sociedade sadia que possa gerar novos mercados; além do que, não são somente intenções que darão conta dos inúmeros problemas que se apresentam nesta realidade, mas levantar, trabalhar e superar as contradições que existem no processo, o que vai exigir novas formas de organização estratégica e relações sociais.

1.3 O Indivíduo como Usuário das Políticas Públicas

As questões que envolvem a racionalidade estrutural da realidade brasileira devem ser situadas na relação com as políticas públicas, ao se considerar que estas situam o indivíduo nesta racionalidade estatal excludente em si mesma, e no mercado de trabalho que necessita de modernizar-se, mas que potencializa a exclusão social. Não é o caso, como já foi discutido, de fazer uma separação entre a moderna ordem competitiva e os velhos problemas estruturais brasileiros, mesmo porque estas fazem parte de um todo, no qual o indivíduo moderno voltado às questões de ética e cidadania nunca foi soberano no Brasil. Aliado a este processo, há um outro ainda, que aumenta a adversidade de intervenção das políticas públicas, que é uma concepção de cidadania mundializada baseada no consumo, ou

em sua acessibilidade como um critério fundamental.⁵ É a promoção de um individualismo em que o fragmentário, o imagético e o efêmero são traços que o acompanham em que os sujeitos majoritariamente desconhecem a ação política participativa. O alerta nesta situação é o fato de a possibilidade do social, como está sendo a proliferação dos projetos sociais aqui mesmo no Brasil, obedecer também a esta dimensão de imagem de construção da cidadania.

Assim, no campo do indivíduo como o objeto das políticas públicas de recapacitação profissional, pode-se primeiramente retomar historicamente a questão no âmbito do indivíduo moderno calcado no liberalismo, nos direitos humanos universais, mas que é "abortado" ou "sequer compreendido" na sua concepção dentro da formação da ordem competitiva brasileira. Vale-se dizer que, mediante sua legitimação e preponderância nas relações sociais, implicaria rompimento da ordem escravista no Brasil. O discurso liberal, que atualmente invoca as questões de ética e cidadania, vem sempre articulado pelos mandatários que defenderam e defendem uma nova sociedade, mas *"por mais puros que se revelem no seu desempenho, pertencem certamente ao nível social dos que oprimem e dos que mandam. Por mais genuínas que sejam suas inspirações utópicas, elas jamais transcendem totalmente à condição humana do agente"* (Fernandes, 1975: 165).

Tal situação leva ao desafio de penetrar ainda mais nos determinantes do que seja esta condição humana que, pelos propósitos das políticas públicas, deve trabalhar no sentido de possibilitar que o usuário e o próprio agente superem estas mesmas delimitações em que se encontram. O usuário alvo das políticas públicas deveria estar possibilitado de desenvolver seu processo de conscientização, ao reconhecer limites e a direção de seu comportamento frente a estas condições, ou seja, as formas pelas quais atua e que podem auxiliá-lo a se livrar de seu destino. Neste sentido, e trabalhando ao nível das necessidades concretas, as políticas públicas devem fornecer realmente condições para que se desse este redirecionamento, livrando-se primeiramente elas próprias das formas de organização que seguem esta lógica autocrática.

⁵ Para uma melhor reflexão sobre este ponto que nos remete a uma discussão epistemológica na Psicologia Social, há o trabalho de Fernando Gonzáles Rey: *Definiciones teóricas sobre la personalidad y el sujeto psicológico; sus repercusiones epistemológicas y metodológicas*. In: *Epistemologia Qualitativa y Subjetividad*. São Paulo. EDUC, 1997.

A importância da descentralização das políticas públicas e a abertura do leque de participação para outras organizações não deveria ficar apenas no encontro burocrático para legitimá-las, mas sim promover dentro delas, e por elas, novas formas de vinculação social que necessariamente vão conflitar com esta herança arcaica. A criação de novos agentes sociais participativos não se dá na perspectiva de um discurso, ou em uma continuidade maquiada, que no nosso caso vem disfarçada como um novo emprego, mas em uma inserção que potencialize a existência humana em direção a outros patamares de relação social.

No sentido de objetivar esta situação, a gestão das políticas públicas necessita definir e delimitar objetivos comuns e precisos entre os parceiros que possibilitem a avaliação de suas ações, bem como em eliminar qualquer interferência excessiva de alguma instituição que possa comprometer a "sinergia" desta situação (Wilheim, 1999: 5).

Mas, qual poderia ser o campo de influência destas mesmas políticas públicas ao se inserirem, ou então, tentarem modificar esta mesma condição referente à subjetividade? Mais precisamente, sob que condições racionais são estabelecidas estas mesmas políticas para que seja possível, sob novas influências, exercer uma "resignificação" do processo de trabalho dentro de conceitos de ética e cidadania?

Como ação primeira de uma inserção, e no sentido de ir às raízes dos problemas a serem solucionados ou então começar a serem superados, dever-se-iam considerar as questões referentes sobre as relações de status e códigos de honra mantidos historicamente pela ordem senhorial em detrimento da emergência do "espírito burguês". As formas de impedimento de uma nova racionalidade que, na concepção do indivíduo, superassem a ordem aristocrática, é de fundamental importância para melhor explicitar esta racionalidade naturalizada, determinante nas formas de organização atuais.

Ao atuar como uma "segunda natureza" humana, esta racionalidade aristocrática/escravista é confundida em grande parte como uma característica cultural do homem brasileiro, desvinculado dos processos históricos, econômicos e políticos.

Esta naturalização das formas de fazer e gestionar é, de uma certa maneira, intrínseca aos propósitos organizacionais que visam, sobretudo, à superação das desigualdades sociais. O centralismo, que garante uma situação de controle, mantém a subjetividade humana, tanto nos que implementam e organizam as políticas públicas, quanto pelos usuários destas, em uma situação de "minoridade social", com grande dependência das decisões do poder, levando ao mesmo tempo, ao reconhecimento híbrido das relações sociais humanas; promovem um discurso liberal e mantêm atitudes autocráticas que se estruturaram dentro desta ordem. A relação social predominante, neste contexto, estabelece-se obviamente dentro de uma ordem escravagista:

"A relação senhor-escravo e a dominação senhorial minaram, pois, as próprias bases psicológicas da vida moral e política, tornando muito difícil e muito precária a individualização social da pessoa ou a transformação do 'indivíduo', da 'vontade individual' e da 'liberdade pessoal' em fundamentos psico e sociodinâmicos da vida em sociedade. Seria preciso lembrar que no cosmos senhorial só pode existir um tipo de individualismo, que nasce da exacerbação da vontade do senhor e se impõe de cima para baixo?" (Fernandes, 1975:165)

O "sentido" de base motivacional que as políticas públicas podem oferecer ao ser humano, ou seja, a seus usuários, seria a conscientização do individualismo autocrático presente em nossa cultura, que se contrapõe aos princípios do individualismo liberal clássico, calcado no jusnaturalismo, supondo como natural *"certos direitos fundamentais, como o direito à vida, à liberdade, à segurança, à felicidade – direitos esses que o Estado, ou mais concretamente aqueles que num determinado momento histórico detêm o poder legítimo de exercer a força para obter a obediência a seus comandos devem respeitar, e portanto não invadir, e ao mesmo tempo proteger contra toda possível invasão por parte dos outros"* (Bobbio, 1997: 11. Grifos nossos).

Contrariamente, ou então confusa, em relação a estes princípios que devem e deveriam ser seguidos aqui no Brasil, prevalece a lógica do senhor-escravo, na qual

a objetividade do comportamento humano se dá pelas graças do senhor, no caso do escravo, ou então a um individualismo que afirma a necessidade do escravo, no caso do senhor, e que são mediadas pelas relações de status e poder na sociedade. A individualização e a necessidade que o indivíduo deveria ter em dinamizar e dar autonomia à sua vontade pessoal dentro de uma ótica liberal-democrática e manter sua liberdade em prol deste fato, são elementos fundamentais para a implantação das políticas públicas dentro de uma ótica participativa. Isto leva a seguinte pergunta: qual seria a socialização possível para fazer emergir a vontade pessoal e entrar em contradição com a racionalidade da ordem autoritária. A participação seria possível?

Não seria isso um fundamento do propósito intervencionista destas mesmas políticas? O descentramento que propiciasse o movimento de uma ordem para uma outra possibilidade, ou outra ordem, seriam essenciais para se pensar a questão dos aspectos motivacionais vinculados à ética e cidadania. A apropriação de "novas habilidades" para o trabalho, bem como a flexibilidade no trabalho seria suficiente para romper com esta posição autoritária que implica símbolo de status? Ou seria mais uma operação modernizadora dentro da ordem e anticapitalista como se refere o pensamento de Florestan Fernandes?

Talvez fosse necessário ressaltar a "eficiência" de um privatismo tosco na manutenção de uma determinada ordem social. A repetição de uma certa forma que não cede a outros pressupostos concretos de instauração de uma ordem social moderna em que o particularismo e por extensão o corporativismo sempre deram o tom da condução. A aparente morte de um passado, ou a história considerada apenas dentro de um tempo cronológico que propiciou a modernização do país, não produziram e não produzem as tensões necessárias e muito menos um campo de ação política para o aprofundamento das questões voltadas à ética e cidadania. A normalidade social, desprovida de tensões que a negam, mantém o tempo que a determina à espera de que "algo aconteça", ou então, a de que está acontecendo de cima para baixo.

A própria estrutura que compreende a atividade de cima para baixo, ao não ser ocupada por um novo tempo ou tensões políticas promovidas de baixo para cima, que não se coadune com o velho e arcaico se manterá sempre fortalecida.

Este tempo arcaico compreende a lenta absorção da modernidade no país, ou seja um tempo que se repete no moderno e por isso se fortalece e não cede. É sempre um tempo de espera, de expectativas perante o moderno com se fosse sempre e permanente tempo de um futuro porvir. Isto leva ao questionamento sobre o descentramento das intenções dos participantes das políticas públicas em prover, entre outras coisas neste caminho, a emergência de bases motivacionais que neguem o "espírito autoritário", e não se modernizarem ao exemplo de uma nova ordem de desmonte do Welfare State Europeu que por si só é excludente universalmente. Trabalhar então a possibilidade de um novo indivíduo que, como agente humano possa produzir novas tensões no cenário brasileiro.

É fundamental, então, que o trabalho voltado aos aspectos subjetivos radicalizassem a dimensão da democracia, com o intuito de que esta tenha força suficiente para se sobrepor ao arcaico, pois se for pensado um sujeito "razoável" com a realidade em questão, estar-se-ia adaptando-o a uma falsa competitividade mercadológica, que não compreende sequer o que seja o conhecimento qualificado dentro do modo de produção.

No que concebe ao aspecto gestor das políticas públicas, o esforço voltado para o sentido ético do indivíduo cidadão deveria estar na própria gestão que deveria tornar transparente e acessível a sua forma e intenção de executar o processo, tal como assinala o implementador Hugo Capucci Junior em que "a utilização das informações do *Programa* devem ser colocadas em disponibilidades. As informações ainda não chegam às bases. É muito difícil e amplo. Deveríamos ter organismos locais. É necessário uma descentralização, é evidente... Fica sempre a mercê do que é decidido. Não se deve esperar as decisões dos órgãos governamentais." (anexo, pergunta 8)

1.4 A Concepção de Indivíduo

Entende-se, nesta tese, que a concepção de ser humano envolve mudanças de atitudes mediante processos de aprendizagem e tomada de consciência. Além destes fatores que podem ser considerados "progressistas" pela Psicologia e

Ciências Sociais, há aqueles nos quais o indivíduo se adapta a condições degradantes e degenerativas, a exemplo da degradação do trabalho e da própria exclusão social, nas quais os parâmetros que asseguravam a socialização vão se esvanecendo. A destrutividade como um componente psicológico de grande importância, que determina muitas vezes a atividade humana é essencial quando se lida com processos envolvendo grandes mudanças sociais, como é o caso da reestruturação produtiva que gera desemprego maciço.

Embora o foco da pesquisa esteja voltado majoritariamente para os usuários do Centro Experimental Público de Vila Formosa, a ação dos técnicos implementadores da SERT é de extrema relevância, uma vez que a ação das políticas públicas atua no sentido de gerar aprendizado e consciência de cidadania, o que vai implicar mudanças de valores e percepção de mundo. Ora, se um dos objetivos do *Programa Aprendendo a Aprender* é dinamizar a participação cidadã, que envolve processos de autonomia e organização da respectiva comunidade, então o Programa tem, como ação impactante no indivíduo, propiciar rupturas com uma cultura abordando o social de forma paternalista e assistencialista. Isto vai exigir também que os agentes implementadores mantenham uma postura de maior autonomia no sentido de potencializar suas ações. Se a conduta destes técnicos é muito limitada pelas organizações de parceria, conservam-se uma postura e cultura que vai abordar o social, e no caso, o indivíduo, de forma instrumental.

Deve-se ter em mente que o objetivo é fomentar as dimensões de ética e cidadania, como algo que vai transcender a simples reunião de parceiros e atividade cotidiana. A ação deve produzir "novos sentidos", e para que isto seja possível, é necessário que haja uma interação de aprendizagem em ambas as partes, uma vez que a cultura paternalista e autoritária que se combate permeia tanto os usuários, quanto as organizações que formam os grupos multipartite.

O trabalho relacionado com a subjetividade demanda, de modo geral, o desvendamento das limitações humanas e o desbloqueio e superação de resistências, propiciados por mecanismos de defesa que mantêm a psique dentro de uma determinada ordenação, convivendo "harmoniosamente" com a esfera da cultura em suas instâncias de socialização. Esta harmonia, ou equilíbrio psíquico, não implica necessariamente um sinônimo de saúde, uma vez que a adaptabilidade

humana em situações de sobrevivência é bastante versátil e complexa. Em uma comunidade ou local, como é o caso do enfoque do *Programa Aprendendo a Aprender*, por mais difíceis que sejam as condições de existência, como o desemprego e a violência, há elementos “compensatórios” nesta vida social que integram o indivíduo dentro de sua cultura e “garantem”, mesmo de forma precária, sua sobrevivência.

O referencial teórico utilizado nesta tese e que auxilia a compreensão da subjetividade nestas condições complexas é a psicanálise de Sigmund Freud, que aprofundou a análise deste mesmo indivíduo de forma esclarecedora dentro de princípios iluministas. Tais razões enquadram-se, neste trabalho, na medida em que o protótipo do indivíduo autônomo, livre e moderno, dotado de razão e desejos, inerente ao discurso liberal inserido nas modificações da sociedade brasileira, principalmente no que se refere à ordem competitiva de um mercado de trabalho (conforme Florestan Fernandes), é ambicionado dentro de um projeto de modernização social.

A abrangência do trabalho de Freud vem no sentido de desmistificar esta pretensa autonomia do indivíduo e sua capacidade natural em dar conta de sua vida como um ser independente e único. O desvelamento de processos inconscientes, que determinam em grande parte a conduta individual, e que são desconhecidos pelo próprio sujeito, é antes de mais nada uma crítica à razão que permeia a concepção de progresso da civilização ocidental. Desenvolvida nas primeiras décadas do século XX, Freud pretendia com a psicanálise ir “além da infantilidade” (Gay; 1989: 485) o que quebra a ilusão de um ser humano virtuoso e nobre em uma civilização “avançada”. Para nossos propósitos, no início do século XXI, em uma época que não condiz com a era vitoriana de Freud, as questões que se apresentam continuam a se basear no mesmo princípio que fundamenta a crítica do indivíduo autônomo.

Os atuais processos de reestruturação produtiva e globalização, por mais avançados que sejam, alimentam a crença na autonomia do indivíduo. Na forma de um sujeito capacitado, qualificado e flexível, dono de muitas habilidades, que tem condições de responder sozinho perante os desejos que apresenta o mercado de trabalho. Ora, se o indivíduo não possui esta capacidade plena de autonomia, prega-

se na verdade como ideologia, um individualismo que permite a convergência de um sujeito com um número, o que o desvincula de uma concepção de ser social. A quantificação neste caso, sem desmerecê-la, ou retirar sua importância para a pesquisa, pode obscurecer processos que ocorrem ao nível da subjetividade e que colocam em risco a sobrevivência do indivíduo. O fato de existir um número específico de desempregados, ou então de (re) qualificados não dimensiona o custo qualitativo humano neste processo, como é o caso da relação do homem com o sofrimento psíquico e suas conseqüências. As condições de um ambiente de trabalho degradante e a quebra de vínculos essenciais, quer seja com o próprio trabalho numa condição de desemprego, quer seja com a família, exige uma intervenção muito mais profunda por parte das políticas públicas, do que a exclusividade da recapacitação profissional.

Esses processos acima descritos, que contribuem de fato para a degeneração dos aspectos vitais, não permitem também que os propósitos de qualificação, que enfatizam a aprendizagem de novas formas de trabalho, dêem-se de maneira eficiente. Dessa forma, é preciso enfatizar também que o referencial freudiano ajuda a compreender os processos sociais que são vivenciados e internalizados, e que portanto são também determinantes da personalidade humana. Não há, neste referencial teórico, uma separação entre indivíduo e sociedade, e quando existe este fato é que se dão as patologias, "*pois a psicologia individual é ao mesmo tempo e desde um princípio psicologia social, em um sentido amplo, mas plenamente justificado*" (Freud, 1981: 2563). Distante de qualquer automatismo entre o social e o psíquico, é na relação de sentido do homem com a sociedade que se baseia a adoção desta teoria.

Não há a menor intenção também em se psicanalisar, ou então interpretar o conteúdo desta tese, de acordo com o referencial psicanalítico, mas sim em dispor desta linha teórica para auxiliar no esclarecimento de situações que não permitem o desenvolvimento do indivíduo em sua atividade social.⁵ Assim, processos de identificação e idealização fazem parte tanto da psicologia individual, quanto da psicologia das massas; o estudo das pulsões revela tanto predisposições voltadas à

⁵ Para uma melhor reflexão sobre este ponto que nos remete a uma discussão epistemológica na Psicologia Social, há o trabalho de Fernando Gonzáles Rey: *Definiciones teóricas sobre la personalidad y el sujeto psicológico; sus repercusiones epistemológicas y metodológicas*. In: *Epistemología Qualitativa y Subjetividad*. São Paulo. EDUC, 1997.

vida em sua dimensão erótica, quanto à destrutividade e irracionalidade. Importante ressaltar que a teoria freudiana propiciou estudos sociais consistentes e aprofundados no decorrer do século XX, principalmente sobre a adaptação do indivíduo a sociedades totalitárias, que foram amplamente discutidas tanto dentro da própria psicanálise por Wilhelm Reich, quanto pela Escola de Frankfurt na década de 30.⁶

Em prosseguimento ao assunto, sobre a discussão feita, e sempre incompleta, sobre a relação entre indivíduo e sociedade, pode-se citar um texto de Horkheimer e Adorno, intitulado “*O conceito de Sociologia*” de 1953, que bem ilustra esta complexa temática:

“Os homens que formam agrupamentos sociais de qualquer espécie ou tipo e mesmo quando se privam das propriedades individuais que lhes são habituais, passando a comportar-se como se diz que é típico das massas conduzirem-se, atuam sempre, não obstante, segundo determinações psicológicas próprias de cada individualidade. A moderna psicologia de profundidade enfatizou as conexões atuantes, com bastante clareza, de moda a anular as bases que justificavam os privilégios que a sociologia reivindicara para si como teoria do comportamento de indivíduos reagrupados, em contraste com a investigação psicológica do indivíduo” (Horkheimer & Adorno, 1956: 20).

Esta citação é importante, pois revela um aspecto fundamental: a quebra de uma contraposição estereotipada na qual a sociologia abrange a totalidade dos comportamentos sociais, e a psicologia permanece com o indivíduo isolado. Ora, a pretensão à verdade absoluta se insere mais em um processo de mistificação e endeusamento científico do que propriamente em produzir novos conhecimentos que são e devem ser superados.

Partindo de experiências simples e diretas, como o são as opiniões dentro do senso comum, podem-se atingir melhores níveis de compreensão com a psicanálise que vai questionar também a postura do próprio pesquisador. Este, na ânsia de

⁶ Herbert Marcuse realiza, na década de 50, o trabalho *Eros e Civilização*, uma análise política do pensamento de Freud, em que faz uma crítica à sociedade industrial do pós-guerra.

controle científico na área de atuação, pode eliminar qualquer vestígio que coloque em risco seu controle da situação, que deve se restringir somente ao campo específico e a eliminar qualquer “absurdo” que porventura ocorra na investigação (Horkheimer & Adorno, 1956: 20).

Por conseguinte, a apreensão do fenômeno científico, que é individual, está sujeita a ser substituída em função de um encaixe no qual o objeto de estudo “deve” obedecer a propósitos já determinados de antemão. Pode-se afirmar que “*a sociologia pura não existe, tal como não existe uma história pura, uma psicologia ou uma economia pura; o próprio substrato da psicologia – o indivíduo – não passa de uma abstração, se o retirarmos das suas determinantes sociais*” (Horkheimer & Adorno, 1956: 20).

Quanto a esta citação, que assinala os limites de cada disciplina, bem como a necessidade de uma interdisciplinaridade para a compreensão dos chamados temas sociológicos, é de fundamental importância o trabalho de Florestan Fernandes, que ao analisar a “cosmogonia senhorial” que permeia a realidade brasileira traz grandes contribuições para revelar uma “socialização oculta”, transpassando as relações sociais de trabalho e gerais desta sociedade. Abre espaços para que uma discussão sobre a subjetividade não siga um caminho de “apropriação científico-senhorial” desta, bem como possa enriquecer, no sentido de clarear os impedimentos de caminhos que levem a possibilidades de transformação social.

No Brasil, pode-se compreender melhor, pela subjetividade, elementos que mantêm o homem na irracionalidade, ou na servidão, nas potencialidades para o desenvolvimento, ou na adaptação à degradação e degeneração. As políticas públicas vão lidar com um universo variado de situações individuais, como o jovem à busca do primeiro emprego, trabalhadores que necessitam de se reciclar e trabalhadores desempregados que necessitam sobreviver. Além disso, os processos organizacionais rígidos e hierárquicos podem propiciar uma desarticulação do desenvolvimento da subjetividade, ampliando a esfera de dominação do homem e reduzindo-o a uma conduta somática.

A concepção freudiana, em uma dimensão bio-psico-social, abre caminho para a busca de sentido do homem frente ao sofrimento psíquico que o imobiliza,

frente às adversidades conhecidas e desconhecidas de sua vida e, às necessidades de sobrevivência. A ambigüidade do sujeito humano em cujas bases estruturais e vivenciais estão também o medo e a violência, é de grande relevância, quando se trabalham os propósitos de desenvolvimento das potencialidades humanas dentro de maior complexidade cultural.

Assim, a concepção de homem freudiana vai auxiliar na compreensão dos processos sociais a que se submete o indivíduo perante o mercado de trabalho nas relações com as políticas públicas, diante de conceitos provenientes da sociologia, política e economia. Não se trata de fazer psicanálise, pois isto só é possível no espaço entre terapeuta e paciente, mas ter um referencial que necessariamente exige o pensamento e enriquecimento de novas formas de abordagem do ser humano dentro da realidade brasileira.

A problematização desta concepção com a nossa pesquisa incide sobre a forma original pela qual se dá a intervenção do *Programa Aprendendo a Aprender*, ou seja, partindo da necessidade de uma educação para o trabalho que compreende modos de organização específicos entre agentes da sociedade civil.

A exposição perante uma ideologia que o coloca como único responsável pelo sucesso profissional e que fomenta o individualismo exige uma abordagem que compreenda a base estrutural de formação, uma vez que as relações sociais fundamentais, como o trabalho e família, podem rapidamente se deteriorar.

CAPÍTULO II

EXPERIÊNCIAS DE RECAPACITAÇÃO PROFISSIONAL: CENTRO EXPERIMENTAL PÚBLICO DE VILA FORMOSA

2.1 *Objetivos do Programa Aprendendo a Aprender*

Recapitulando os motivos que deram origem ao *Programa Aprendendo a Aprender*, leva-se em conta o processo de reestruturação produtiva por que vem passando a economia mundial e seus reflexos na sociedade brasileira, que foi necessário fazer frente às novas condições de emprego exigidas pelo novo modelo de produção, bem como dar conta das conseqüências que este impõe à sociedade como um todo. Desta maneira, há mudanças no âmbito do trabalho formal, ou emprego propriamente dito, que exigem novos conhecimentos e posturas por parte dos trabalhadores, mas que, ao mesmo tempo, provocam a precarização do trabalho, implicando a insuficiência de rendimentos aos excluídos deste mercado formal, bem como agravamento de condições sociais propiciadas por este mesmo desemprego crescente. Diante deste novo processo desencadeado no Brasil, a partir dos anos 90, é necessária a "urgência na formulação de alternativas de emprego e renda para enfrentar essa nova realidade", e a conseqüente criação de soluções inovadoras, conforme discutida no capítulo I, que propiciam a criação do *Programa Aprendendo a Aprender*.

De acordo com o Secretário Adjunto de Emprego e Relações do Trabalho, José Luiz Ricca (anexo, pergunta 1), a existência de recente ciclo produtivo produz grandes transformações que vão impactar, de forma transformadora, as relações de

trabalho. Sem saber exatamente qual vai ser o delineamento do mundo do trabalho, este processo, flexível e indefinido, remete a uma grande mudança de comportamento que lança novos desafios ao governo. Este também modifica sua posição e procedimento, uma vez que o modelo industrial e o emprego formal sofrem mudanças drásticas. Não se trata mais de educar a mão-de-obra exclusivamente para o mercado formal, e sim de dotar o trabalhador de novas capacidades para empreender seu trabalho, sem contudo especificar o tipo de enquadrar, ou seja, se é formal, informal, ou autônomo. Trata-se de levar o trabalhador a ter uma outra atitude em relação ao trabalho, que é o fato de aprender a aprender, e de torná-lo cidadão no sentido que isto implica fortalecimento pessoal e social, dando-se de forma participativa e não passiva.

Preparando-se para o futuro mediante esta nova postura, acontece, em meados de 95, uma consulta desta Secretaria de Governo (SERT) com a OIT, com o Ministério do Trabalho e com o Ministério da Educação, no sentido de possibilitar que, a partir de uma visão global e multipartite, fossem traçados novos planos para o futuro do trabalho. Desta forma, no ano de 1996, planeja-se outro modelo de intervenção, composto de representantes de governo, trabalhadores, empresários e universidade, uma vez que a forma tradicional de intervenção estatal não seria suficiente, nem estaria apta a intervir unicamente em tal processo. Acompanhando o seguimento de democratização da sociedade, este projeto é aprovado, na forma de política pública experimental, no final do mesmo ano, para dar conta desta situação complexa.

Para José Luiz Ricca, verificou-se a necessidade de educar o trabalhador para que este tenha condições de enfrentar as demandas de emprego futuro e gerar novas situações de trabalho, o que necessitaria, por parte desta política pública, desenvolver metodologias que dessem conta desta situação de mercado de trabalho indefinida e em constante transformação. (anexo; pergunta 1)

A forma de atuação desta política pública volta-se necessariamente, para o atendimento em determinada comunidade, uma vez que não há a possibilidade de uniformização do tipo de trabalho que se requer, bem como se trata também de buscar alternativas específicas de cada região, ou cidade. A questão da cidadania é fundamental na medida em que o trabalhador, ao se vincular ao projeto experimental

se vincula-se também à demanda e necessidades de trabalho de sua região, implicando uma ação participativa nas soluções de problemas da comunidade. Dessa forma, as atividades do *Programa Aprendendo a Aprender* devem provocar um impacto na ação comunitária, que envolve a produção de novos sentidos para dinamizar e solucionar as necessidades de trabalho regionais. Estas compreendem a participação política de setores da sociedade civil para a definição de demandas de trabalho, uma concepção de trabalho ativa no qual o trabalhador é sujeito de concepção; devem ser feitos mediante formas de gestão que possibilitem o enraizamento desta ação a fim de manter princípios participativos em pleno desenvolvimento, o que fornece subsídios para a implementação.

O *Programa Aprendendo a Aprender* teve o seu registro legalizado no mês de Abril de 1998, possuindo o objetivo de delinear um “*novo modelo de formação profissional mediante o desenvolvimento de três projetos*”.⁷

O primeiro projeto é do Observatório Permanente de Situações de Emprego e Formação Profissional, que visa detectar necessidades e formas de trabalho em determinada região, e que já foi discutido na introdução.

O segundo é o Centro Experimental Público de Formação Profissional que atende aos usuários dentro de uma determinada comunidade. Existem atualmente três Centros: um na cidade de Tupã, outro mais recente, do ano de 2000, localizado em Jaguariúna, e o outro na cidade de São Paulo, mais precisamente no bairro de Vila Formosa. É sobre este último que incidiu a pesquisa sobre os usuários.

O terceiro projeto é o Projeto de Habilidades Básicas e Específicas que são os elementos educacionais que dão sustentação às formas e conteúdos dos cursos requeridos. Cabe ressaltar que cada curso é realizado mediante demanda específica pelos segmentos civis que participam desta política pública. Para a implementadora Selma Venco (anexo, pergunta 2), não se trata de seguir a linha de atuação proposta pelo Banco Mundial, mas de desenvolver metodologias com forma e conteúdo específicos, que abranjam discussão sobre cidadania e temas relevantes como etnia, gênero e idade.

⁷ A descrição do *Programa Aprendendo a Aprender* é baseado na publicação de sua regulamentação no Diário Oficial do Estado; Poder Executivo, seção I, São Paulo, 108 (62), quarta-feira, abril 1998-7/8, cujo texto na íntegra segue em anexo.

Estes três projetos, que estão inter-relacionados, possuem uma dinâmica que visa ao diagnóstico da situação do trabalho/emprego, ao desenvolvimento de novas habilidades para enfrentar esta dinâmica social, e à intervenção na realidade, feita pelo Centro Experimental Público. Ponto importante nesta questão é o fato de que não está em jogo somente uma política de emprego, mas principalmente o trabalho, como um aspecto de desenvolvimento do próprio usuário do Centro Público.

Esta diferença é de fundamental importância na medida em que o termo “emprego” pode maquiar uma realidade que deve ser modificada no sentido de providenciar a habilitação de novas formas e instrumentalização do trabalho. Não desfazendo da necessidade do emprego, a questão crucial é o desenvolvimento de um sujeito trabalhador com habilidades próprias e posse de trabalho. Um sujeito que pode refletir, não somente a sua condição de vida, mas também a forma como realiza seu trabalho.

Esta questão referente ao trabalho e emprego pode ser melhor discutida de acordo com o referencial de Hannah Arendt⁸ em seu livro *A Condição Humana*. A autora critica o pensamento de Karl Marx, quanto a uma equiparação que faz daqueles compelidos “pelas necessidades do corpo”, o *animal laborans*, que não “usa esse corpo livremente como o *homo faber* utiliza as mãos, seus instrumentos primordiais” (Arendt, 1989: 130). Esta temática vai incidir sobre a lógica escravagista que persiste até hoje no Brasil, conforme discussão no primeiro capítulo, uma vez que as relações de trabalho no país são de uma certa forma “confusas”. Não se tem claro em termos de relação de produção, na compra e venda de trabalho, o que é oferecido e comprado: se o corpo, ou se o trabalho; ou então algo híbrido, como coloca Florestan Fernandes.

O labor segue uma tendência, ou ritmo biológico dentro de uma lógica da necessidade. O *animal laborans* mantém-se voltado a sua própria reprodução

⁸ Hannah Arendt define os conceitos de labor e trabalho, que será discutido nesta tese da seguinte forma:

“O labor é a atividade que corresponde ao processo biológico do corpo humano, cujos crescimento espontâneo, metabolismo e eventual declínio têm a ver com as necessidades vitais produzidas e introduzidas pelo labor no processo de vida. A condição humana do labor é a própria vida.

O trabalho é a atividade correspondente ao artificialismo da existência humana, existência esta não necessariamente contida no eterno ciclo vital da espécie, e cuja mortalidade não é compensada por este último. O trabalho produz um mundo **artificial** de coisas, nitidamente diferente de qualquer ambiente natural. Dentro de suas fronteiras habita cada vida individual, embora esse mundo se destine a sobreviver e a transcender todas as vidas individuais. A condição humana do trabalho é a mundanidade.” (Arendt, 1989:15)

biológica, a um ciclo repetitivo que o isola de outras atividades do mundo, como a ação e a política, mantendo-o voltado a si mesmo. O labor possui na esfera do trabalho, uma atividade de manutenção de um mundo que, por sua própria natureza, implica crescimento e declínio do mundo construído pelo homem. Atua no sentido de lutar contra este declínio e crescimento, ou seja, fenomenologicamente fora de uma concepção de mundo, finita e possível de ser transformada. Relaciona-se à sobrevivência daquilo que o sustenta de forma imediata na vida, quer seja a manutenção viva de seu próprio corpo, quer seja o hábito de consumo imediato que o provê neste ciclo.

O labor como atividade cíclica e repetitiva, bem como pejorativa e empobrecida, era realizado por escravos na antiga Grécia. Um guerreiro aprisionado, era submetido à manutenção das necessidades básicas da vida, localizadas no espaço privado, ou dentro do lar, pois *"a degradação do escravo era um rude golpe do destino, um fado pior que a morte, por implicar a transformação do homem em algo semelhante a um animal doméstico"* (Arendt, 1989: 94).

Esta descrição do processo originário do labor na civilização ocidental pela autora, remete-nos a duas considerações de suma importância para a realidade brasileira: a primeira é que o processo de labor tanto pode ser "natural", no qual as pessoas já nascem dentro deste ciclo de vida, como é o caso de grande parte de nossa população, voltada a uma atividade de sobrevivência pura e dentro de uma ótica escravista, ou então, em linguagem "moderna", mão-de-obra desqualificada para as necessidades do trabalho atual. A segunda consideração é a de que o labor constitui parte também de um processo de degradação, uma transformação portanto, da condição humana. Dentro da lógica escravagista inerente à sociedade brasileira, pode-se pensá-la como uma lógica que degenera o homem (caso da transformação do prisioneiro africano e indígena para a adequação ao processo de civilização) o que denota uma tendência à uma "laborização social", mesmo quando se está em jogo o desenvolvimento e a necessidade de trabalhadores que empreendam o processo de trabalho. Em outras palavras, o conhecimento relativo ao trabalho não é plenamente reconhecido como uma condição de status social, ou seja, não é suficientemente valorizado nas relações sociais e trabalhistas, a ponto de serem preferenciais na hierarquização das relações de produção, mas se insere

em um plano secundário em que prevalecem as relações laborais de cunho corporativo.

Uma outra e terceira condição fundamental apontada por Arendt é que, no processo de modernização, foi o labo. que se elevou à condição de trabalho social, e não o trabalho propriamente dito. Isto é um ponto de fundamental importância para a análise da sociedade atual, uma vez que o "trabalho", tal qual compreendido por Marx e também pelo senso comum, foi na verdade relegado a um segundo plano por ocasião do advento da fábrica moderna que superou o trabalho artesanal, enquanto produtora de bens sociais.

O trabalho, para Arendt, implica uma "instrumentalização intencional" do homem. Neste processo, a imagem mental de um fim possibilitado por um meio instrumental é a atitude mental do trabalhador, na qual os fins justificam sempre os meios, uma vez que *"é em atenção ao produto final que as ferramentas são projetadas e os utensílios são inventados, e é o produto final que organiza o próprio processo de trabalho, determina a necessidade de especialistas, a quantidade de cooperação, o número de auxiliares, etc. Durante o processo de trabalho, tudo é julgado em termos de adequação e serventia em relação ao fim desejado, e nada mais"* (Arendt, 1989: 166).

A diferença entre labor e trabalho que se pode concluir na análise deste item é a de que, no labor, o homem direciona sua atividade a si mesmo, em uma relação de atividade e consumo, enquanto que no trabalho visa à produção de algo durável, além do imediato, algo que passa a pertencer ao mundo. Uma alteridade. A produção moderna localizada na fábrica tem a denominação dada por Marx de "força de trabalho" (labor power), pois ela é realmente um fator, uma força, que pode produzir um excedente, ponto comum aos dois conceitos:

"A especialização do trabalho e a divisão do labor têm em comum somente o princípio geral da organização, princípio este que, em si, nada tem a ver com o trabalho ou o labor, mas deve sua origem à esfera de vida estritamente política, ao fato de que o homem é capaz de agir, e de agir na companhia e em acordo com os outros. Somente dentro da estrutura da

organização política, onde os homens não apenas vivem, mas agem juntos, podem ocorrer a especialização do trabalho e a divisão do labor” (Arendt, 1989: 135).

Este ponto em comum, a possibilidade de organização, leva a considerações mais claras e específicas sobre a concepção de trabalho, emprego e labor (mão-de-obra não especializada, ou então “desespecialização” da mão-de-obra). Ao se considerar o “nível de emprego” em determinada situação, não se deve considerar que a atividade de trabalho esteja necessariamente inserida, pois o emprego, enquanto organização da esfera política e normativa da sociedade pode obscurecer esta situação; porém, é preciso frisar que é na relação com o trabalho, como processo que envolve conhecimento e ação sobre o mundo, que se baseia o *Programa Aprendendo a Aprender*.

Com o intento de se fornecer maior esclarecimento sobre o processo de trabalho e aprofundar mais o conceito que Hannah Arendt utiliza, é importante acrescentar a análise sobre o tema de Paul Bouffartigue, para quem “*as crises contemporâneas do trabalho são, sobre tudo, uma crise do trabalho assalariado e do fenômeno salarial*” (1997: 94). O autor argumenta que a discussão atual sobre o “fim do trabalho” se dá somente sobre a ótica do trabalho assalariado, e que o apego ao trabalho por parte dos trabalhadores é mais profundo do que propriamente sua equivalência ideológica com o emprego e salário. A discussão sobre o trabalho não estaria em consonância com a relação entre trabalho assalariado e desenvolvimento do capital, na qual o termo “pleno emprego” seria o guia para tal assunto, mas sim em tentar recuperar o que seria o próprio sentido do trabalho, voltado para o desenvolvimento das potencialidades humanas, como ponto central, no lugar do desenvolvimento do capital. O trabalho deve ser pensado dentro de uma atividade que não envolva alienação, e sim como um componente da vida de cada ser humano (Bouffartigue, 1997: 96).

Dentro deste raciocínio e ao considerar que é a organização do labor que prepondera em nossa sociedade, não estaríamos fortalecendo-a, ao pensar preponderantemente o **emprego** em desenvolvimentos futuros. O trabalho, tal como o estamos considerando na visão Hannah Arendt, não ficaria relegado a segundo plano? Estaríamos perpetuando a lógica escravagista a qual expõe Florestan Fernandes dentro de uma “nova forma moderna” de encarar as crises do trabalho e

suas soluções. No campo da gestão de políticas públicas, caberia zelar pelo emprego ou pelas atividades humanas desenvolvidas em relação ao trabalho? Sem dúvida, o trabalho assalariado, ou o pleno emprego, passam por uma desvinculação do que seja o trabalho em relação à esfera de vida do sujeito e à sua busca de "sentido".

Paul Bouffartigue estende sua reflexão à concepção de exclusão social como também uma forma normativa e vinculada ao fator ideológico de Estado; algo que deve ser regulado sem levar em conta os aspectos políticos que se situam na diversidade de situações a que são expostos os indivíduos frente ao mercado de trabalho e sua lógica produtiva (1997: 95). A conceituação desta visão ideológica pode impedir que o Centro Experimental Público não se enraíze no local, permanecendo apenas como um órgão prestador de serviços e não como potencializador de atitudes voltadas às concepções de ética e cidadania, conforme situamos em relação à nossa hipótese de trabalho.

Para que seja objetivada esta situação de formação profissional dentro do cenário específico do processo de mundialização e reestruturação produtiva, o *Programa* se vale da participação de grupos multipartite de especialistas que representam o meio empresarial, governamental, dos trabalhadores e acadêmico, representantes por assim dizer, da sociedade civil. A coordenação fica ao encargo da SERT que centraliza e fornece as diretrizes de ação com os outros participantes que, por ocasião do início do funcionamento do *Programa* eram o DIEESE – Departamento Intersindical de Estatística e Estudos Socioeconômicos – pela parte do observatório, e o Instituto Paula Souza pelo projeto de Habilidades Básicas e Específicas.

Na entrevista realizada com os técnicos implementadores do *Programa*, nota-se que a compreensão da formação profissional sob a ótica do trabalho é de fato bem assimilada por estes. Segundo José Luiz Ricca (anexo, pergunta 1), o desenvolvimento de metodologias deve levar à superação de um estágio em que o aprendizado de uma função se deve a mecanismos repetitivos de ação, sem que o trabalhador domine a forma de atuação de seu trabalho. Este, por estar socialmente cristalizado impede que o trabalhador possa perceber novas formas de fazer, de ampliar o seu potencial, e de perceber novos locais nos quais possa realizá-lo.

Tome-se como exemplo um grupo de mulheres, arrimo de família; sua situação se mostrava "quebrada", moral e financeiramente, e a ambição era trabalhar como doméstica no Morumbi. No sentido de promover a geração de rendas para essas mulheres, foi realizado um *Programa* no qual elas primeiramente se alfabetizavam em função de um manual de um instrumento de trabalho, que era o forno microondas. Este processo de alfabetização atrelado à aprendizagem do trabalho dava conta de vários fatores fundamentais: além da alfabetização e aprendizagem do trabalho, desenvolvia-se o refletir sobre o instrumento de trabalho, desde a origem até suas aplicações, o porquê do funcionamento, o que deu condições de domínio sobre o trabalho. Propiciou uma nova forma de relação com o que vinham fazendo; como consequência, estas mulheres criaram uma cooperativa de trabalho em lugar de irem trabalhar no Morumbi, como de fato pensavam anteriormente.

Este exemplo mostra a dimensão que a concepção de trabalho pode tomar, quando ao dominar a forma de utilização de seu instrumento, pode-se executá-lo mediante outras maneiras de organização subjacentes à sua execução. É desta forma que se produz um sentido maior na execução do trabalho, que baseado na concepção de Arendt, implica uma alteridade, uma forma de organização que permite que o trabalhador se situe no mundo, no qual o conhecimento é ponto fundamental. Não é apenas uma instrumentalização específica para que possa arrumar um emprego, mas há toda uma concepção de vida que produz novos sentidos para a existência.

A formação desse trabalhador, dotado de maior consciência e informações atinge a prática da cidadania, ao interferir na sociedade e nas formas de sua organização produtiva.

As dimensões de ética e cidadania necessárias para seu desenvolvimento implicam possibilidade de este trabalhador, como agente social, estar respaldado socialmente, exigindo que as instituições representativas como sindicatos patronais, de trabalhadores e outras organizações que interferem no processo, tenham o que se denomina de responsabilidade social. É este o sentido social do *Programa Aprendendo a Aprender*: promover e organizar um espaço em que esta concepção de trabalho tenha vínculos com as questões de ética e cidadania. Este princípio de funcionamento e alcance social remete-se a uma questão que se refere à

descentralização e participação nas Políticas Públicas, colocada por Draibe no capítulo I. A descentralização das políticas públicas, estabelecida por decretos a partir da década de 80, envolve não somente a transferência de encargos federais para os estaduais e municipais, mas compreende também o envolvimento da sociedade civil, pois *“nem toda descentralização leva automaticamente a maior participação. A descentralização pode ser ‘imposta’, estabelecida. A participação não, pois depende de fatores histórico-sociais e de graus de amadurecimento político-ideológico e organizacional que muitas vezes só aparecem após um longo período de tempo”* (Nogueira, 1997: 8).

Desta maneira, a participação, quer seja de grupos multipartite, quer seja de outros segmentos da sociedade civil, envolve não somente uma “participação burocrática”, mas também que estes agentes tenham uma postura política que leve à uma vinculação com a sociedade civil. As contradições que com certeza vão surgir no decorrer deste processo multipartite, tendo por um lado os técnicos implementadores e gestores e por outro, a cultura e estruturas funcionais das organizações em questão, são de crucial importância na medida em que não se estruturaram e nem possuem, como princípio, uma lógica que envolva participação democrática em sua forma de gestão.

O processo de democratização vai implicar necessariamente, no caso das organizações, que elas possam realizar um movimento de autoquestionamento, sob pena de perpetuarem a lógica autoritária corporativista, ao verem a sociedade civil como um instrumento de discurso, o que se distancia de um enraizamento quanto aos propósitos deste acordo múltiplo. Não é apenas a realização de planos e projetos que definem os propósitos, mas principalmente o envolvimento e sua participação efetiva. Este plano gestor que deve impactar na subjetividade do usuário das Políticas Públicas vai ser mais amplamente discutido, quando estiver sendo abordado o processo de gestão do Centro Experimental Público.

2.2 Projeto Centro Experimental Público de Formação Profissional

As atividades deste projeto são as que efetivam de fato o processo de formação profissional, que atende os usuários em suas demandas por cursos profissionalizantes, cujo processo constitui o foco principal desta pesquisa. A experiência de formação profissional e suas conseqüências para o desenvolvimento da subjetividade envolve uma forma de organização específica, uma vez que existe a necessidade de uma ação ágil para cada demanda apresentada por trabalhadores e pelo mercado de trabalho.⁹ É um espaço que se institui no sentido de propiciar nova concepção de trabalho e fomentar as relações sociais no sentido de participação cidadã. No campo da aprendizagem, refere-se à passagem do processo de labor para o trabalho aos trabalhadores que necessitam se reciclar; no caso de jovens que procuram o primeiro emprego, é o próprio aprendizado do trabalho.

A institucionalidade deste novo espaço, que deve ser eficiente o necessário para respaldar estas modificações quanto à concepção de trabalho, deve possuir um efeito duradouro na subjetividade para que esta de fato se modifique. Além do processo de aprendizagem do trabalho, que vai envolver uma modificação na orientação pessoal relativa a formas de fazê-lo, depara-se também com uma vivência anterior do usuário do Centro Público, que no processo do labor, implica muito na degeneração da própria subjetividade. Questões relativas à degradação moral, ao tempo de desemprego e às somatizações específicas da atividade no emprego são fatores que se antepõem e resistem a um outro processo de aprendizagem. Estes fatores não se esvanecem ou se modificam de forma satisfatória, em apenas uma experiência de curso. A institucionalização do espaço deve operar de forma contínua, para que o aprendizado se efetive, exigindo uma tarefa no âmbito da política.

No contexto do Centro Experimental Público, a política abrange a proliferação de agentes sociais que levem em conta a relevância desta concepção de trabalho para a sociedade. Se na lógica escravista, conforme analisada por Florestan Fernandes, há uma confusão ou desconhecimento do que seja o indivíduo livre e seu trabalho, os agentes sociais que desenvolvem esta nova postura devem pensar no alcance que este fato possui. Contraria-se uma lógica de manutenção de

⁹ Um maior detalhamento do Centro Experimental Público Vila Formosa se encontra no caderno da SERT, *Centro Experimental Público de Formação Profissional: Conceituação, Diretrizes e Implantação*. São Paulo, SERT, Jan/98.

determinada ordem, para possibilitar uma outra visão de trabalho que pressupõe uma ação efetiva e transformadora sobre o mundo. A modificação de uma postura nas relações sociais só se desenvolve, se houver uma inserção de fato no cotidiano existencial, o que envolve setores receptivos às novas concepções e organização do trabalho.

As condições para tanto existem, quando o Centro Público apresenta dados que se referem à situação econômica do local e que são qualificados pela comunidade. Este processo significa que a demanda de cursos de formação é apresentada de fato por representantes da comunidade local, o que fornece um caráter de participação. A atuação dos técnicos refere-se mais a uma postura de serem facilitadores do que propriamente definidores do que vai ser implementado (Selma Venco; anexo, pergunta 3).

Contudo, é preciso ter ciência de que tal processo de participação não implica necessariamente politização da comunidade, uma vez que o processo hegemônico de dominação atual *"incentiva a subestimação e desvalorização da política, a mercantilização da vida, a difusão de uma ideologia de não-pertencimento a comunidades maiores, de auto-suficiência e de 'solidão'"* (Nogueira, 1999: 77. Aspas do autor).

A política deve atuar no sentido de negar uma subjetividade domesticada e parca, ou então, em produzi-la para além do imediatismo de relações de troca no mercado. O processo de "mercantilização da vida" implica uma subjetividade familiarizada com a servidão, de pouca ou nenhuma abrangência universal, que não permite o reconhecimento das determinações da própria atividade a partir de pontos essenciais que a especificam, como é o caso das relações de mercado de trabalho. A modificação do papel do Estado, que no caso das políticas públicas passa a ser um elemento facilitador de processos, deixando de ser o centralizador e condutor, que se compõe com a sociedade civil não implica necessariamente em participação democrática.¹⁰

¹⁰ Para melhor informação sobre a reforma do Estado e sua relação com a sociedade civil que é efetuada pelo atual governo brasileiro, ver artigo de Luis Carlos Bresser Pereira intitulado *Sociedade civil: sua democratização para a reforma do Estado*. In: *Sociedade e Estado em Transformação*. São Paulo, UNESP; Brasília, ENAP, 1999.

Pode-se afirmar que, enquanto a estrutura do Estado não permite a inclusão e desenvolvimento do indivíduo dentro de parâmetros modernizantes, o aspecto dinâmico desta sociedade, representado por suas organizações na sociedade civil, como o outro braço desta lógica, também não absorve a concepção deste sujeito crítico e autônomo, cidadão, que pela própria necessidade de efetuar o trabalho (e não o labor) deve exigir meios e formas de maior autonomia para que este se realize. Assim, na crítica a esta concepção de sociedade civil, instrumentalizada pela supremacia e necessidade primeira da economia que a submete, Marco Aurélio Nogueira faz a seguinte citação:

*“Mas a sociedade civil que emerge dessa visão é uma sociedade civil despolitizada: não é um **espaço de organização de subjetividades**, no qual pode-se dar a elevação política dos interesses econômicos corporativos ou, em outros termos, a passagem dos interesses do plano ‘egoístico’ para o plano ‘ético-político’ (Gramsci) – passagem essa, por sua vez, que deriva da configuração dos grupos sociais como sujeitos de pensamento, vontade e ação, capacitados para se universalisarem, **saírem de si**, candidatarem-se à direção e à dominação” (Nogueira, 1999: 81, Grifos nossos).*

Com referência ao *Programa Aprendendo a Aprender*, de acordo com os técnicos implementadores (pergunta 5), não existe o privilégio entre as organizações e entidades que participam da elaboração dos programas, o que impede uma relação corporativa e cria um clima propício para o desenvolvimento do fator político. Entretanto, a ação política envolve tensões, resistências, conflitos e, dentro de uma situação bastante adversa como é a realidade brasileira, a timidez por parte dos agentes sociais é ainda muito grande no que tange a este empreendimento e sem grandes considerações sobre o que significa a preponderância em nossa sociedade deste indivíduo mais autônomo, com o conhecimento sobre o trabalho.

A dimensão conflitiva da institucionalidade, inerente à sociedade civil, é perpassada por estes impasses, sendo que na esfera do trabalho, como conceituado por Hannah Arendt, é necessária uma subjetividade que supere sua relação com o

ciclo vital, a característica do labor, para incorporar e se relacionar com a fabricação e produção de coisas que pertencem ao mundo. No entanto, o desenvolvimento desta subjetividade, um dos propósitos das políticas públicas, deve ser amparado pela ação de uma sociedade civil que produza subjetividades que possibilitem uma “outra” visão de mundo, uma alteridade possível de interferência e mudanças que se situam no âmbito da ação política.

Como um dos grandes desafios sociais que permeiam a atividade destas políticas públicas, o propósito do Centro Experimental Público é o de estar “*servindo como eixo irradiador de experimentos, difundindo e multiplicando seus resultados para outras entidades e outras regiões, servindo de parâmetro tanto para o funcionamento de outros Centros Públicos de Formação Profissional, quanto para a definição e execução de novas políticas públicas setoriais*” (SERT, 1998: 34).

Portanto, o Centro Experimental Público deve ter a capacidade de gerar impactos que visem à produção de novas relações sociais que substituam o tradicional, uma vez que este já não responde mais à complexidade do mercado de trabalho. Mas nem sempre o novo é uma referência às mudanças essenciais, pois este pode revestir a velha ordem de uma nova roupagem na qual a precarização do trabalho, ou exclusão social, por exemplo, pode ser ampliada sob novas formas de organização do trabalho, como cooperativas e novos trabalhos autônomos, que de modo geral, têm um caráter mais defensivo do que propriamente de mudança.

Como ponto de partida para desenvolver a subjetividade, a dimensão democrática pode abrir espaços para que a expressividade das necessidades humanas se dêem e se fortaleçam enquanto organização para buscar soluções. A referência a um espaço inovador implica rupturas com uma lógica positiva de identificação com o imediato, a exemplo da realidade brasileira na qual a racionalidade escravista prepondera nas relações humanas e sociais. O propósito em se trabalhar com esta subjetividade implica levá-la a uma dimensão universal, para que possa perceber seu movimento, como sendo o de outras regiões e de outras pessoas no mundo. A identificação com o universal constitui o ponto que leva e permite a ruptura com o imediato, ou então com uma subjetividade voltada unicamente ao local

O Centro Experimental, no sentido de integrar a comunidade à sua atividade, deve potencializar os recursos existentes, tais como a utilização de escolas de ensino formal e técnico, empresas, sindicatos, ONG's, etc., e propiciar que esta utilização tenha caráter de produção de conhecimento, que seria a relação desta comunidade com centros de pesquisa e universidades que não se situam no próprio local.

O que se denomina integração, ou participação da comunidade, refere-se a uma apropriação da situação, ou seja, na busca por interesses relativos ao mercado de trabalho, a população em questão não se apropria somente de informações referentes a este, mas principalmente do contexto em que estas informações estão sendo produzidas. A apropriação das dimensões do contexto obedece a uma participação política e não mercadológica. A disponibilidade de informações, bem como sua transparência, levam a um processo ético-político, que é uma participação na qual as necessidades desta comunidade vão interagir com as informações disponíveis e ao acesso e produção destas.

Trata-se, na verdade, de pensar a democracia de forma radical, aquela que busca a experiência do processo de participação e ocupa novos espaços que difundem diversos sentidos para o direcionamento de suas atividades. Cabe ressaltar, também, que embora se fale incessantemente em participação e comunidades, esta dimensão do "local" não implica uma auto-suficiência participativa e isolada de outras regiões, mas envolve a produção de um sentido universal, que outros elementos que fazem parte da vida desta comunidade também sejam trabalhados, como é a questão de gênero referente ao trabalho feminino, à dimensão dos jovens em seu primeiro emprego e escolaridade, ao preconceito, etc.

Neste sentido, o Centro Experimental Público deve organizar atividades voltadas para o desenvolvimento integral humano, que compreende o profissional e o social, o que implica uma apropriação crítica de conhecimentos científicos, técnicos e tecnológicos, bem como saberes sobre a situação de vida do homem em sociedade. Este processo é mediado pela integração que se dá no espaço formativo promovido por empresas, sindicatos e entidades civis da comunidade.

Este ponto acima descrito refere-se a novos procedimentos dos agentes em questão, nos quais as informações funcionam como um processo de aprendizado de novas formas de ação, na medida em que o conhecimento das necessidades e movimento de cada um desses agentes possibilita uma integração que redireciona suas atividades. Não se trata somente do conhecimento em nível teórico, mas essencialmente do conhecimento fundado em ações e necessidades concretas, como o são a prática e atitudes da comunidade, a ação sindical e o movimento das empresas. Dentro deste período de intensa reestruturação e inovação produtiva e tecnológica, as possibilidades de ação devem ser repensadas no sentido de manter a visualização e de se situar em relação a este processo.¹¹

Esta questão pode ser estendida ao conhecimento que o próprio local efetua, ou seja, práticas que podem revelar potencialidades de trabalho, ou de condutas com o intuito de desenvolver novos saberes. Somente no processo concreto de ações dos agentes envolvidos surgirão as necessidades de maior conhecimento. Tais carências remetem a mudanças de atitudes, a novas formas de interpretação da realidade, sem que se percam de vista os processos fundamentais de democratização, ética e cidadania.

No campo educativo, o Centro Experimental Público tem, como propósito, a articulação com profissionais que atuam nas mais diversas organizações e entidades compondo o leque de atividades demandadas pela comunidade, no sentido de propiciar trocas de projetos em andamento e difundi-los de forma geral. O Centro Experimental atua também como irradiador de conhecimentos produzidos, nos quais um quadro técnico permanente trabalha junto a uma gestão multipartite dessas mesmas entidades que participam do levantamento de necessidades.

¹¹ Um trabalho ilustrativo sobre este assunto foi desenvolvido por Leila Blass, que pesquisou o processo de fusão e separação da Ford e Volkswagen na realização da Autolatina, denominado *De volta ao futuro: o discurso empresarial e sindical no fim da Autolatina*. Analisando os processos de gestão das duas empresas e a conseqüente atuação sindical, verificou que a forma de atuação deste último se modificou sobremaneira. De uma posição exclusivamente combativa, passou a ser também participativo com as empresas no que se refere ao conhecimento produzido e necessidades de gestão. Uma transformação em vista de novos tempos que, além do jogo de força entre empresa e sindicato, trouxe a participação e conhecimento para atuar na elaboração de políticas estratégicas:

“As questões em jogo são mais profundas e não se reduzem ao fato de fazer ou não greve, de negociar ou não, de aceitar ou negar a conflitualidade social. O debate deveria abordar também o modo de se produzir os conhecimentos científicos, noções e categorias de análise que informam as práticas sindicais e a elaboração de projetos políticos a fim de verificar se estes são portadores de inovações efetivas ou apenas reproduzem o que já é conhecido” (Blass, 2001: 169).

A dimensão educacional e cultural que direciona o processo de articulação dos agentes deve ser ressaltada nestes pontos descritos, uma vez que a troca de experiências e transparência destas se inclui dentro dos propósitos de ética e democracia, pois possibilita o acesso aos trabalhos, bem como os caminhos pelos quais devem ser seguidos os projetos.

Além disso, o cenário que se apresenta para a realização deste trabalho, a nova ordem produtiva, é de certa forma desconhecido quanto às suas conseqüências, bem como não segue a máxima econômica de que toda oferta gera sua própria demanda. Não há um mercado perfeito, uma lógica formal de causa e efeito, mas sim um mercado que exclui e bastante mutável. Pode-se dizer que há um mercado regional, um nacional e um internacional, por exemplo. Esta localização do mercado e as relações entre os agentes que configuraram a construção social do local dão comumente margens a dúvidas e inquietações, e não a certezas imediatas. Os sucessos não se apresentam num primeiro momento e, na maioria das vezes, são parciais, uma vez que os problemas a serem enfrentados são imensos (Spink, 1999: 193).

Esta situação se mostra evidente na entrevista concedida pelos técnicos do *Programa*: de acordo com Sergio Augusto Bianchini (anexo, pergunta 9), os impactos produzidos na população usuária têm sido muito tímidos frente ao tamanho de nossos problemas. Para a coordenadora do Centro Experimental Público, Vânia Gomes Soares (anexo, pergunta 3), quando o governo atua conjuntamente em parcerias e fornece recursos como o prédio e funções básicas, como água, luz, etc., a cobrança pelo sucesso ou não do Programa, fica centralizado em cima do governo. É como se fosse um "vício"; porém, este só pode ser "tratado" se houver possibilidades reais de "cura", que seria a presença dos outros parceiros inserindo-se na responsabilidade pelo sucesso do Programa e vinculando-se também à população usuária.

A retirada do Estado em dar sustentação a políticas sociais pode abrir, contudo, novas formas de organização em que pese a grande importância que os recursos destinados a estas possuem; o desenvolvimento de novas formas de ação não implica começar da estaca zero, pois se defronta também com práticas viciadas e enraizadas culturalmente na maneira de "participar".

Para tanto, a gestão do Centro Experimental deverá ter a capacidade de atender às demandas provenientes dos vários atores sociais envolvidos na região, coordenando ações que compreendam desde as necessidades de alfabetização do trabalhador, até aquelas que exijam níveis de qualificação profissional, e formação científica, cultural e artística do mesmo. Trata-se de desenvolver metodologias inovadoras:

“Há, porém, um nó crítico que pode inviabilizar a estratégia de qualificar grandes contingentes de trabalhadores: a inexistência de metodologia e de conteúdo programático adequados às necessidades do mercado e à demanda dos trabalhadores por um processo educativo que não fique circunscrito apenas à qualificação profissional e que lhes possibilite a continuidade dos estudos” (Alves & Vieira, 1997: 76).

O próprio desenvolvimento metodológico se dá na medida em que novas formas de atuação se desenvolvem e também a situação de mercado passe a ficar mais conhecida e menos obscura. As necessidades de cada agente envolvido no processo não são necessariamente complementares e isto exige discussão permanente dos propósitos e objetivos do *Programa*. Se a política se restringir somente à qualificação profissional, poderá acontecer que apenas o “interesse” do trabalhador seja desenvolvido, já que este dá sentido da relação com o mercado. Na própria atividade humana, há outros elementos que vão além do interesse mercadológico, como sua formação enquanto pessoa compreendendo universo mais abrangente, até relações sociais afetivas, lazer e a própria política do que a simples submissão ao mercado de trabalho.

Em relação às características da população atendida, a gestão do Centro Experimental deve ser a de proporcionar modalidades de ensino profissional e cursos de atualização que complementem a educação formal, com o propósito de viabilizar a entrada do jovem no mercado de trabalho e constituir-se como uma entidade que propicia uma formação continuada para a população de desempregados e empregados desejosos de manter-se no emprego, ou então para formar empreendedores

A diferença entre os jovens e os trabalhadores adultos merece uma atenção especial por suas especificidades. Para o coordenador do Programa, José Luiz Ricca, o jovem apresenta uma inquietude na qual a ausência de respostas imediatas pode fazer com que ele perca o "encanto" por aquilo que se propõe a fazer. Necessitando de autoconfiança, o jovem é suscetível à inclusão no mercado de trabalho e a ter senso de participação comunitária, ao mesmo tempo em que é suscetível a desvios que o induzem à marginalidade. (anexo, pergunta 1). Para o coordenador do Projeto de Habilidades Básicas e Específicas, Hugo Capucci Junior, existe pouca experiência em relação aos jovens em busca do primeiro emprego, que ficam em função dos cursos do Ensino Médio (anexo, pergunta 7). Para Selma Venco, a experiência com jovens que não conseguiram o primeiro emprego e estavam desestimulados em freqüentar a escola e a cair na marginalidade, provou que, quando eles se sentem participando de projetos comunitários, essas tendências tendem a declinar (anexo, pergunta 3).

Para nós, a questão do jovem é de grande importância na medida em que a população de usuários que respondeu à pesquisa está na faixa média de 21 anos de idade. Toda a angústia vivida por eles em relação à busca do primeiro emprego, ou então em melhorar o trabalho, pôde ser evidenciada por suas expectativas em relação ao *Programa* e à sensibilidade que os tocam enquanto projeto de vida.

De acordo com Vânia Gomes Soares (anexo, pergunta 6), o perfil dos usuários é estabelecido pelos parceiros mediante critérios preestabelecidos, considerando-se a especificidade do curso e com determinado número de vagas. Uma vez atendido os pré-requisitos, passa-se ao processo de seleção que vai dar prioridade para quem está mais tempo desempregado, quem possui renda familiar menor, ou então com mais membros na família. Para evitar o favoritismo pessoal, a seleção é feita por todos os parceiros, sem que somente um possa fazê-lo.

Neste perfil requerido, é importante a educação básica do candidato, aquilo que foi adquirido ao longo de sua vida, e que compõe, ao lado de atitudes e habilidades incorporadas neste seu processo, elementos fundamentais para que possa se valorizar e então possibilitar que, a partir deste ponto, possa executar as atividades e o trabalho necessário para se incluir no mercado de trabalho (Alves & Vieira, 1997: 69).

Note-se que este movimento, convergente à concepção de trabalho de Arendt, passa pela relação do indivíduo consigo mesmo, ou seja, pensar seu trajeto de vida para que possa dele apropriar-se e diferenciar-se em uma nova atividade. Parte-se deste ponto com o intuito de pensar novas formas de atuação. Dessa maneira, a historicidade do homem, ao nível de sua subjetividade, torna-se um elemento fundamental para a educação profissional.

A avaliação deste processo na que se refere à subjetividade se manifesta no próprio indivíduo que participou das atividades, de forma que possa expressar questões vivenciadas por sua passagem no Centro Experimental Público.¹² Dentro deste raciocínio, na produção de sentido propiciado por sua atividade nesta instituição se dá o desenrolar desta tese.

O envolvimento de outras instituições para dar sustentação às atividades do Centro Experimental está vinculado às características singulares de cada um dos programas, pois estes são realizados de acordo com uma demanda específica. No campo da gestão, estão envolvidos a própria SERT e os dois outros projetos atrelados a esta secretaria: o Observatório e o de Habilidades Básicas e Específicas. Em relação à operação, estariam vinculadas as escolas de Ensino Fundamental e Ensino Médio, as Entidades de formação profissional, Centros de Treinamento das Empresas, Sindicatos, ONG's e Comunidade.

¹² O Centro Experimental Público está organizado em função de programas e atividades que suprem um leque de cursos que possa sustentar uma formação ampliada que envolva, tanto uma população jovem, quanto de adultos. Dentro de uma perspectiva de uma educação voltada ao mundo do trabalho e cidadania, devem-se desenvolver as seguintes possibilidades de atividades:

- a) *Programa para Jovens em busca do Primeiro Emprego*
Habilidades básicas

Informação profissional

- Orientação para o trabalho*
- b) *Programas de Qualificação Profissional*
- c) *Programas de Aperfeiçoamento, Especialização e Atualização Profissional*
- d) *Programas de Formação e Apoio a Empreendedores*
- e) *Programas de Educação Fundamental para pessoas com baixa escolaridade*
- f) *Programas de Acompanhamento da Trajetória profissional*
- g) *Programas de Avaliação*
- h) *Atividades Culturais*
- i) *Ponto de Encontro de profissionais para troca de informações, intercâmbios e debates*
- j) *Ponto de Encontro de profissionais para troca de informações, intercâmbios e debates*

Estas atividades serão desenvolvidas conjuntamente entre as entidades formativas e os programas da SERT, ressaltando os projetos componentes do *Programa Aprendendo a Aprender* que são o Observatório Permanente de Situações de Emprego e Formação Profissional, e o projeto de Habilidades Básicas e Específicas. Este espaço formativo é aberto para entidades da sociedade civil, como ONG's, Associações de Amigos de Bairro, Grupos Comunitários e entidades de classe, e que possui como metodologia a ação comunitária".

Uma questão fundamental a ser tratada em relação às formas de gestão e operação é a direção que esta inter-relação pode tomar com referência aos processos administrativos que podem cooptar e inibir os processos de ampliação do espaço de consciência relacionados aos implementadores, gestores, parceiros, comunidade e usuários. Dentro do mundo do trabalho, faz-se necessário combater os processos ideológicos que permeiam a subjetividade e que trazem conseqüências danosas para o desenvolvimento desta, pois o que se vive atualmente está permeado de palavras e significados que encobrem as reais determinações, ou intenções produtivas, voltando-se para uma simplificação da esfera subjetiva, bem como para acomodar uma situação de exclusão social.

Após o predomínio do modo de produção fordista (pós-década de 70) e inserida em um mercado hipercompetitivo, a empresa flexível, ou em rede, modifica sua forma de organizar o trabalho mediante incrementos tecnológicos e da chamada "administração participativa". Como uma nova forma de dominação da subjetividade e de grande poder de sedução e atração, o espaço fabril modifica-se também no sentido de reduzir custos, poupando mão-de-obra e desindexando salários. A veiculação de uma nova forma de trabalho que vai além do espaço fabril e penetra nos meios de comunicação de massa, direciona-se à percepção, como a principal função subjetiva, propiciando um modo de controle voltado para uma flexibilidade profissional. A assimilação de regras de conduta pelo indivíduo se dá pela incorporação de normas da organização que passam a orientar a conduta humana que, por sua vez, reforçam ainda mais os controles exercidos. A este processo dá-se o nome de dominação do inconsciente (Heloani: 1996: 96).

A sutileza deste processo que, sem dúvida, amplia a produtividade e incorpora, no trabalhador, novas formas e atitudes de trabalho se baseia em uma linguagem que tem, por função, operar uma subjetividade, a distância, fazendo com que esta reaja a estímulos gramaticais. Esta situação é de suma importância para as políticas públicas, uma vez que estas estão também imersas em uma relação com este mundo do trabalho mediante parcerias, e podem reproduzir um discurso gestor que legitime outras possibilidades de dominação sobre a subjetividade, quando o movimento a ser realizado vai na direção inversa, ou seja, de desenvolver uma subjetividade mais liberta de processos de massificação para propósitos de maior relevância, como o são as dimensões de ética e cidadania.

Ora, trabalhar a subjetividade em um contexto social envolve a exposição a conflitos e contradições, o que a lógica da dominação do inconsciente, analisada por Heloani, elimina. O adestramento da subjetividade pressupõe um alinhamento “não conflitivo” entre o indivíduo e o trabalho e, assim, cabe levantar questões sobre a possibilidade de que esta lógica predomine no processo gestor das políticas públicas, bem como na relação com as parcerias, ou seja, legitimar discursos que têm, em sua ótica, o isolamento do indivíduo perante esta forma de dominação.

A discussão sobre temas como “qualificação”, “competências”, “flexibilidade”, “multipartite”, “recapacitação”, “motivação”, etc., deve ser exaustivamente efetivada, sob pena de manutenção de um imediatismo em que todos estes significados podem se cristalizar, o que vai impactar de forma nociva e simplória sobre a subjetividade. Rotular um trabalhador como não qualificado pode significar um enquadramento deste perante um mercado de trabalho excludente. Neste sentido, a contradição entre mercado excludente e trabalhador fica eliminada, legitimando, desta maneira, o processo de exclusão social. Um outro perigo que esta lógica apresenta é o fato da historicidade do indivíduo ficar dissociada do processo. A história de vida é fundamental para que o indivíduo se situe frente ao tempo e espaço, oriente-se e passe a decidir de acordo com suas reais potencialidades. A memória, a sensação e elaboração das angústias constituem pontos fundamentais para perceber o que se denomina de realidade psíquica, ou seja, a contraposição fundamental entre o indivíduo e o mundo. A exclusão destas, o esfriamento da subjetividade, coloca o trabalhador perante a exclusividade de seu desempenho, uma vez que é “a partir da internalização dos mecanismos de controle, que será possível ‘conceder’ mais ‘autonomia’ a algumas tarefas e incorporar novas exigências para o desempenho dos trabalhadores com rótulos aparentemente atraentes, tais como ‘criatividade’, ‘novas responsabilidades’, ‘qualificação’ etc.” (Heloani; 1996: 99).

A internalização dos mecanismos de controle pressupõe, também, a dimensão somática até onde o sentido, ou significado do trabalho fica apenas relegado a uma conduta apreensiva, a uma motricidade em que a fadiga não é sentida como contraditória ao processo de trabalho, mas sim que deve ser constantemente evitada, quer mediante grande receituário de “cuidados do corpo”

proporcionado pela indústria cultural, quer por planos de combate ao *stress* nos quais cabe ao trabalhador ser o único responsável por seu estado físico.

O acompanhamento e avaliação do processo gestor estão ainda em plena discussão, uma vez que as políticas públicas são recentes na história brasileira, não havendo ainda a possibilidade de grandes sistematizações. A troca de experiências entre os gestores de políticas públicas no Brasil e com o Exterior tem sido uma forma de refletir sobre possibilidades de avaliação. No que consiste a esta tese, algumas proposições sobre avaliação serão colocadas na discussão final.

2.3 Projeto Habilidades Básicas e Específicas

Diante das conseqüências para os trabalhadores em virtude do processo de mudanças no mundo atual do trabalho, este projeto do *Programa Aprendendo a Aprender* é especificamente voltado àqueles que estão desempregados, ou então são empregados com baixa escolaridade e qualificação profissional. Com o propósito de propiciar a integração e combater a exclusão social, este projeto educativo amplia seu alcance para outros fatores que possam fortalecer a subjetividade para o trabalho e garantir a sobrevivência do trabalhador. Assim, o desenvolvimento de princípios se baseia nos aspectos motivacionais relacionados à autoconfiança; a vinculação aos aspectos éticos e de cidadania são fundamentais para que se possa aumentar a empregabilidade, ou capacidade empreendedora.

Este processo formativo é realizado em parceria com a Secretaria da Educação, escolas técnicas e outras agências de formação, implementando-o mediante gestão conjunta do Poder Público, representante dos empresários, dos trabalhadores e os demais da sociedade civil.

A inserção do trabalhador no mercado de trabalho não pressupõe somente atender às demandas da nova reestruturação produtiva que, como já visto, é altamente excludente, mas em considerar a necessidade de fomentar novas possibilidades e formas de trabalho que integrem a população necessitada. Esta integração dos trabalhadores vai exigir um desenvolvimento quanto à capacidade de realização de novas formas de organização, partindo do ponto principal que é o

trabalho. No entanto, sem as dimensões de ética e cidadania, esta inovação das políticas públicas não será eficiente, uma vez que, para sustentar tal empreendimento, é necessário um enraizamento na comunidade, ou local o que vai poder propiciar “um sentido” de realização por parte da população local, e não mera ação defensiva diante da necessidade de sobrevivência.

Na entrevista realizada com o coordenador do *Programa Aprendendo a Aprender*, José Luiz Ricca (anexo, pergunta 6), as questões de ética e cidadania rompem com o modelo de uma formação técnica, passando a ser uma forma integral, na qual a responsabilidade social dos atores é fundamental no processo. Dentro do processo de mudança da ação governamental, que antes abrangia uma grande interferência na sociedade, mas que agora é um participante desta, a responsabilidade social conjectura a interferência na sociedade, de pessoas, entidades, organizações, empresas e governo. Devem buscar um equilíbrio com o mercado livre, que por si só não compreende e nem vai solucionar as questões sociais.

Para a coordenadora do Centro Público Experimental, Vânia Gomes Soares (anexo, pergunta 8), é fundamental que o usuário do *Programa* perceba seu papel dentro da sociedade, o que pode ser feito por meio de jogos em sala de aula e mediante palestras, que podem propiciar a assimilação de seus direitos e deveres de cidadão. Para Selma Venco (anexo, pergunta 8), a educação pelo *Programa* tem de ser feita de uma forma ampla, para além de uma educação voltada só ao trabalho. Sergio Augusto Bianchini responde (anexo, pergunta 8) que a questão da cidadania vem no sentido do envolvimento com a produção e o cliente, ou seja, que haja a possibilidade de crítica nesta relação. Contudo, não consegue visualizar as dimensões de ética e cidadania sem que haja trabalho.

Para Hugo Capucci Junior (anexo, pergunta 8), as dimensões de ética e cidadania estão presentes em todas as atividades do Centro Público, sendo mais transversais do que disciplinares. A formação do aluno deve estar sendo sempre a de buscar os porquês para a execução de seu trabalho e a de adquirir informações para tanto. No entanto, o acesso a estas informações, que pertencem ao *Programa* não são disponibilizadas para as bases. Acha que é necessária a existência de

organismos locais para que se dê esta apropriação, possibilitando uma descentralização, sem que seja necessário esperar pelas decisões governamentais.

De uma forma sintética, a ética surge com o intento de transparência das informações necessárias para o desenvolvimento de projetos e à sinceridade dos propósitos dos agentes envolvidos no sentido de fortalecer a sociedade civil e desenvolver, a ação política. A cidadania, atrelada à ética, que pressupõe a ação dos agentes mediante direitos de integração social e participação ativa na construção de novos espaços de vida. Conjetura também uma mudança na concepção do papel do Estado na sociedade brasileira, que sempre foi tido como o principal e esperado agente de transformação social, e que passa a incentivar os processos de desenvolvimento da sociedade civil ao invés de realizar por si mesmo este empreendimento.

No campo educacional, a abrangência das Habilidades Básicas e Específicas¹³, a educação toma uma conotação de formação e não simplesmente de educação formal. Sobre esta, existe o Sistema S formado por entidades que promovem cursos de formação para o trabalho, por curtos espaços de tempo, mas que obedecem a uma educação voltada à qualificação profissional. Formado pelo SENAI, SENAC e SENAR, o Sistema S, ao se manter em caráter “meramente de qualificação profissional”, não vai poder contribuir, de maneira satisfatória, com as políticas públicas de emprego (Alves & Vieira, 1997: 76). Estas exigem formas de ação que abrangem ação política e formativa de novos valores sociais, não obedecendo, portanto, a uma racionalidade exclusivamente técnica.

Os esforços realizados pelo *Programa* para que as dimensões de ética e cidadania sejam de fato implementados aparecem na pesquisa com os usuários na forma de aprendizagem ao nível de informação. Assim, 85% (n=11) dos usuários

¹³ Desta maneira, a concepção de qualificação se insere dentro de uma construção social que estaria considerando os seguintes aspectos segundo consta no caderno da SERT, *Habilidades Básicas e Específicas – Educação Profissional: A construção coletiva do conhecimento, de 2000*:

- a subjetividade: as características individuais e suas principais referências: a família, o trabalho, os amigos;
- o saber de cada cidadão, o que sabe e o que gostaria de saber;
- a socialização, como as pessoas vivenciam os lugares onde vivem, como se relacionam com seus semelhantes e qual o seu papel na sociedade.

Portanto, “cabe ao Projeto ‘Habilidades e Específicas’, a análise dessas propostas, detectando possibilidades de introdução de novas formas de tratamento pedagógico, como técnicas e dinâmicas participativas, que propiciem a construção do conhecimento por parte do trabalhador” (SERT, 2000: 36).

disseram ter obtido melhor compreensão do funcionamento do mercado de trabalho (questão 10), com 71% (n=9) terem obtido também compreensão em relação aos direitos em relação aos contratos de trabalho. Aliada à questão sobre as habilidades específicas (questão 9), na qual 71 % (n=9) obtiveram novas formas e ensinamentos de como realizar o trabalho que vinham desenvolvendo (31%) e em como trabalhar em uma nova profissão (40%), pode-se concluir que houve um efeito facilitador dos processos de ética e cidadania, mas que se encontram ainda somente à mercê dos próprios usuários. Considerando-se que 85 % tenha passado por momentos de dificuldade em relação ao mercado de trabalho, desemprego ou baixa renda, e que recorreram à família e a amigos como ponto de apoio (questão 11-A), não houve uma nova relação social, por parte dos agentes participantes, que assegurasse ou desse prosseguimento para desenvolver as dimensões de ética e cidadania.

A responsabilidade social dos agentes, citada como necessária por José Luiz Ricca, não se fez presente neste período de aproximadamente três anos entre o curso oferecido e a pesquisa desta tese, pois a pesquisa demonstra que as verdadeiras causas que se escondem atrás das mazelas do mercado de trabalho, como a não proteção social pela cidadania por exemplo, não foram atacadas. Neste sentido, a forma participativa dos agentes constitui um ponto que se torna essencial para a implementação dos objetivos sociais do *Programa*.

As Habilidades Básicas e de Gestão são permeadas por fatores motivacionais envolvendo o desenvolvimento de capacidades cognitivas de aprendizagem e orientação, conjuntamente com as afetivo-emocionais, como o são as atitudes e capacidade de comunicação. Além de habilidades voltadas ao trabalho, aprendem-se novas formas de gestão para o trabalho.

A discussão do conceito de Motivação é de fundamental importância na medida em que este é usado frequentemente sem uma visão crítica, praticamente naturalizada e impregnado de ideologia, o que leva a reducionismos na esfera da subjetividade. Este conceito tem sua relevância aumentada na medida em que sua inserção no *Programa Aprendendo a Aprender* se relaciona com uma concepção de trabalho que exige uma modificação e criação de atitudes voltadas a uma

interferência no mundo, de maneira a considerá-lo como elemento a ser transformado, e não simplesmente a ser reproduzido. Além desta complexa passagem do labor para o trabalho, suas implicações recaem sobre as dimensões de ética e cidadania. As Habilidades Básicas, como são trabalhadas pelo *Programa Aprendendo a Aprender*, procuram dar sustentação ao indivíduo para que novas modificações possam ocorrer, ou então se desenvolver. Trata-se de um cenário mais amplo e bastante diferenciado do que aquele que propiciou o desenvolvimento e permanência do conceito motivação, que são as organizações de trabalho.

A importância das Habilidades Básicas para o Programa é revelada pela coordenadora do Centro Público, Vânia Gomes Soares, ao se referir à experiência do *Programa* neste campo (anexo, pergunta 2). Segundo ela, a formação deve focar a possibilidade do usuário em desempenhar sua função, ou seja, ao desenvolver a capacidade de aprender a aprender, o trabalhador não vai necessitar de constantes cursos de reciclagem por ocasião do surgimento de novos equipamentos com os quais opera. Basta que leia o manual e tome a iniciativa de aprender seu manejo. Obviamente, que neste processo de leitura está a assimilação de processos cognitivos lógicos que permitindo que tal operação seja realizada com maior autonomia.

Desta forma, fruto de grande polêmica, sobretudo na área da psicologia, a Motivação tem sido objeto de grandes debates e críticas que, na verdade, nunca chegaram a ser consenso. Muito pelo contrário, mesmo relegada ao ambiente de trabalho e em menor escala na educação, é tema ainda de bastante controvérsia, em que alguns detalhes serão discutidos a seguir.

Iniciando pelo contexto organizacional, o conceito de motivação foi bastante difundido após a experiência de Hawthorne em Illinois-EUA, na década de 20, como resposta então à rigidez do sistema produtivo taylorista e fordista, no qual a sensibilidade e sociabilidade humana foram consideradas como imprescindíveis para aumentar a produtividade. Elevando-se a auto-estima do trabalhador mediante reconhecimento de valores grupais, as "dores" da rotina do trabalho poderiam ficar mais suportáveis. Em análise de Richard Sennett sobre o tema, este argumenta que tanto os psicólogos quanto o próprio Mayo, que era o coordenador da pesquisa,

eram lúcidos, pois “sabiam que podiam temperar as dores do tédio, mas não as abolir naquela jaula de ferro de tempo” (1999: 46).

Esta afirmação de Sennett é importante na medida em que estamos nos posicionando a favor do desenvolvimento da subjetividade e não à redução desta. A questão da “dor na rotina de trabalho”, mencionada pelo autor, coloca o trabalhador sob uma constante defensividade que dá margem ao desenvolvimento de mecanismos de defesa em esfera patológica, bem como no âmbito somático. Em que pese a realidade das organizações, o conceito de motivação difundiu-se no mundo do trabalho, a partir da década de 50, trazendo à tona psicólogos como Maslow e Herzberg. O primeiro, difundindo o esquema piramidal da satisfação de necessidades que levariam até a auto-realização, e o segundo, a concepção de fatores higienistas que deveriam ser estabelecidos pelas organizações, com o intuito de evitar “desmotivação” e a implantação de desafios que conduziriam o trabalhador a se motivar para atingir seus objetivos.

Uma análise mais crítica do conceito pode ser encontrada em Burckard Sievers, ao se referir ao momento atual como um tempo fragmentado, no qual a crescente divisão do trabalho não proporciona mais sentido nenhum ao trabalhador, além do que é atrelada a uma lógica consumista e individualista que fragmenta a experiência humana em vários mundos. Afirmando o caráter meramente ideológico da Motivação, pois o mundo do trabalho atual, além de fragmentar a subjetividade, não produz mais sentido, o autor enfatiza que a compreensão do processo de diferenciação social, que pertencia ao final do século XIX e início do século XX, no qual o conceito de Motivação prosperou, “pode ser vista como uma tentativa do ser humano de relacionar-se com graus mais elevados de complexidade e autonomia” (1997: 55). Compreendia a existência de um sujeito diferenciado, não fragmentado, em uma realidade que dispunha de espaços para tanto.

A fragmentação da realidade se dá pela organização do mundo do sujeito separado em partes positivas, ou negativas. Esta pode ser negada, enquanto que a parte positiva pode ser idealizada, e como estão separadas em um processo esquizóide, dá-se a perpetuação desta mesma fragmentação do mundo exterior (1997: 55).

Pode-se ter uma proximidade desta situação fragmentária, quando se analisa a resposta da questão 13 pelos usuários desempregados, quando perguntados sobre “por que, mesmo fazendo o Programa você ainda não arrumou emprego?” A resposta de 80% (n=4) de que o Programa preparou o suficiente, mas não há emprego no mercado, é ilustrativa da possibilidade desta fragmentação ocorrer. Por um lado, há um preparo e do outro, uma situação de mercado. São duas situações que parecem estar separadas, como se o preparo não implicasse enfrentamento das dificuldades de mercado. A situação revela, também, um isolamento do indivíduo, inerente ao modo atual de vida, e que está relacionado com o este processo de fragmentação. No caso, há o isolamento do indivíduo perante o mercado de trabalho.

Uma percepção de realidade que se fundamenta no efêmero no qual o único parâmetro parece ser justamente a retirada de qualquer sentido de um humano que constrói, envolvido a possibilidade da morte e também da vida, naquilo que ela nos fornece de bases racionais para que se possa pensar e desfrutar a existência e o sentido desta dentro de valores que possam ser percebidos, vivenciados e modificados, não se encontra no contexto do que seja Motivação. Pertence a uma dimensão de utilidade funcional, a um incremento meramente administrativo, ou como Sievers escreve em sua preocupação com relação ao tema, “*não é com a criação de um sentido, mas, principalmente, com sua destruição; uma destruição com a qual estamos cada vez mais harmonizados e que se torna uma realidade em si mesma, à medida em que o sentido do trabalho cai mais e mais no esquecimento*” (Sievers, 1997: 64).

Uma outra crítica, também é fundamental para os propósitos desta tese, de se basear no resgate da complexidade humana, é feita por Cristophe Dejours e Elisabeth Abdoucheli que trabalham a polêmica sobre se o desejo estaria dentro do conceito de Motivação. Os autores insistem sobre a oposição entre comportamento e desejo e, por conseguinte, a oposição entre desejo e motivação. O Comportamento seria o modo cotidiano de operação no processo de trabalho, enquanto que o Desejo seria uma “*figura insólita na verdade, se olhada de perto; sobre o termo ‘reprimir’ em seguida, pois é o próprio trabalhador desqualificado que deve lutar contra seu desejo, para prosseguir em sua tarefa*” (1994: 40).

O Comportamento, por assim dizer, “motivado” por salários e prêmios, coloca em oposição o Desejo e a Motivação e dá margens à investigação da psicopatologia do trabalho. A Psicopatologia do Trabalho é levada a pesquisar, em primeiro lugar, o que, no Trabalho, está dialeticamente oposto ao Desejo (1994: 41).

Confundir o Desejo com Motivação seria negar o contexto em que o primeiro se insere, pois aquele está relacionado com concepções psicanalíticas referentes à pulsão, sublimação, narcisismo, consciente, inconsciente, ideal do ego, etc. que compõe a dimensão do Sujeito, aquele que não é redutível a um simples comportamento, mas que tem condições de refletir sobre seus desejos, moral e atitudes. Qual o espaço necessário para que se possa fazer emergir o contato com o desejo seria uma questão para as políticas públicas.

No sentido de ampliar este tema e dar maior relevância à importância da Motivação e da subjetividade nas Políticas Públicas, pode-se utilizar a explicação de Edith Seligmann-Silva sobre a repressão no trabalho e o mecanismo de negação. Partindo de um estudo com trabalhadores em situações penosas e perigosas, a autora descreve o mecanismo inconsciente de negação do medo perante a rotina diária no trabalho, o que fortalece os propósitos de dominação deste. Estas situações, ao “apagar” o medo, não propicia a visualização dos riscos reais, o que isola o trabalhador em seu cotidiano de trabalho e colabora para impedir uma ação coletiva por parte dos trabalhadores (1994: 235).

Repressão e negação, tanto de desejos, quanto de medos atuam na direção de uma integração patológica ao processo de trabalho, no qual sérias conseqüências para a vida do trabalhador, como alcoolismo e apatia, além dos próprios acidentes de trabalho que o isolam ainda mais, dificultam um pensar mais conseqüente. Existindo ainda outros mecanismos de defesa, que envolvem outro sem-número de situações, este tópico é importante ao se pensar a subjetividade relacionada aos desempregados, que já têm desenvolvido um grande número destes mecanismos de defesa, além de angústias vivenciadas pela situação de não empregado.

Buscar a “dor do trabalho”, ou a situação relativa a ela, como seria o caso do jovem à procura do primeiro emprego, é um meio pelo qual se pode abrir espaços

para que se possa expressar os medos e desejos permitindo um desenvolvimento mais autônomo do indivíduo, juntamente com uma percepção de realidade formada no contato com profissionais, usuários e agentes das políticas públicas.

O projeto de Habilidades Específicas compreende a ampliação da empregabilidade e da capacidade empreendedora dos participantes, no qual são adaptados os conteúdos específicos do projeto aos diversos setores da região de sua execução. São verificadas as necessidades específicas de formação profissional requeridas principalmente pelas pequenas e médias empresas. Envolve o aprendizado referente à operacionalidade do trabalho em si, seus aspectos de desenvolvimento, bem como novas formas de realizá-lo. Trata-se da aquisição de novos saberes dentro de uma interdisciplinaridade, envolvendo principalmente o aspecto cognitivo e que está diretamente vinculado aos aspectos motivacionais básicos abordados no item de Habilidades Básicas.

Neste sentido, é fundamental que a organização do trabalho seja função do fim necessário visado pelo próprio processo de trabalho. As habilidades requeridas vão desde uma nova relação com o mundo, envolvendo a produção de coisas duráveis, ou seja, a percepção e compreensão de um processo que produz uma outra situação, fabricada, e portanto outra, que deve levar a um descentramento do sujeito, superação do labor, para que ela se efetive enquanto possibilidade subjetiva.

Implica uma separação entre o eu do sujeito e o mundo. Envolve não somente capacidade de trabalho, mas também capacidade de organização deste e planejamento de atividades. Há necessidade de um maior distanciamento do mundo pelo sujeito, o que invalida qualquer ação imediatista, pois esta se situa na esfera do labor, em uma vinculação predominante com o ciclo biológico da vida, o que a distancia de uma relação de interferência no mundo. Outra atividade que seria então resultante desta atividade do trabalho seria a capacidade de organizá-lo o que se denomina de Habilidades de Gestão, e que estaria atrelada ao processo de trabalho.

Na concepção de subjetividade que temos trabalhado, o cognitivo estaria na esfera do pensamento lógico, na orientação e na capacidade de localização do

sujeito em relação a si e a seu meio; constituem processos relativos ao consciente, enquanto esfera psíquica, ligado às outras esferas que compõem a subjetividade, como o pré-consciente e o inconsciente, bem como as pulsões. Estaria no âmbito do sujeito desejante, complexo. A relação entre a educação e a psicanálise pode ser considerada como a primeira fazendo parte do processo secundário, ou seja, ao princípio vinculado com a realidade que exige o aprendizado, a disciplina e a memória. Contrapõe-se ao imediatismo que rege o princípio do prazer e também às pulsões destrutivas, dois fatores que podem ser predominantes em uma atividade relacionada com a dimensão do labor. A fragmentação do cognitivo em uma esfera autônoma pode dar margens a uma concepção de indivíduo fragmentado e compartimentado, fugindo dos propósitos de nosso trabalho. Esta separação entre o cognitivo e o afetivo resulta em uma atividade intelectual empobrecida e dificulta, sobremaneira, o processo de assimilação (Bacha, 160).

Partindo de eixos temáticos provenientes das necessidades específicas dos trabalhadores, a metodologia utilizada pelo projeto habilidades básicas e específicas, visa potencializar sua influência, mediante o desenvolvimento das concepções de ética e cidadania, bem como de novas possibilidades de realização do trabalho, de acordo com uma estrutura modular de cursos que levem o indivíduo participante ao auto-desenvolvimento.

Os formadores devem, então, possuir a capacidade de criar as atividades pedagógicas a partir de novas experiências exigindo, além do compromisso com a formação, a produção de novos “sentidos para o trabalho”, ou seja, ser facilitadores de ensino que propiciem uma resignificação do que seja o processo de trabalho dentro do momento atual. Isto envolve o desenvolvimento do indivíduo no que concerne a seu desenvolvimento pessoal, cuja relação com o trabalho deve então ser “desnaturalizada”, ou em outras palavras, passar da esfera do labor para a esfera do trabalho, tal como o compreende Hannah Arendt.

A organização deste projeto deve propiciar o envolvimento com os atores envolvidos e sua articulação com as comunidades locais, que será o ponto fundamental de sua avaliação.¹³ Dentre alguns resultados esperados, estarão o

¹³ Dentre as entidades envolvidas no processo de implantação dos Projetos de Formação Profissional do Programa “Aprendendo a Aprender”: Organização Internacional do Trabalho, Ministério do Trabalho,

“maior conhecimento de todo o processo produtivo, aumento da empregabilidade e capacidade empreendedora, motivação para continuar os estudos e conscientização para a cidadania”.

Ministério da Educação, BNDES, CEETE Paula Souza, CEPAM, Escola Técnica Federal, Fundação SEADE, Instituto de Cooperativismo e Associativismo, Instituto de Terras, Sec. da Educação do Estado de São Paulo, Sec. de Governo e Gestão Estratégica, Força Sindical, CUT, Central Geral dos Trabalhadores, Dieese, Confederação Geral dos Trabalhadores, CAT, Social Democracia Sindical, Conselho de Escolas de Trabalhadores, CIEE, Faesp/Senar, FCESP, Fesesp, Fiesp/Ciesp, PNBE, Sebrae, Senac, Senai, Senat, Sesi, Sinduscon, Sinfavea/Anfavea, Abimaq/Sindimaq, Aparh, Uniemp, PUC-SP, Unicamp/Cesit, Unitrabalho, Universidade de São Paulo.